

Assembleia Municipal

---N.º 12/2024 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO.-----

---Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu ordinariamente, no seu Salão Nobre, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS**-----

---**PRIMEIRO PONTO** - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)

---**SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DECLARAR COMO DEVOLUTOS OS PRÉDIOS IDENTIFICADOS NA LISTA CONSTANTE NA PROPOSTA, E CONSEQUENTEMENTE O AGRAVAMENTO PARA O TRIPLO DA TAXA DE IMI, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 112.º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL, A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A, E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2024, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2025: -----

---**QUARTO PONTO UM** - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,335% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA;-----

---**QUARTO PONTO DOIS** - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

---**QUARTO PONTO TRÊS** - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO;-----

---**QUARTO PONTO QUATRO** - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE

DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO.-----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DAS ALÍNEAS C) E D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA APROVAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO DE: -----

---**QUINTO PONTO UM** - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2024; -----

---**QUINTO PONTO DOIS** - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO; -----

---**QUINTO PONTO TRÊS** - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2024, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. -----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2025, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2025, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2025 E PROPOSTA ANEXA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA A)-----

---A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes Nascimento e secretariada por Firmino Vila Verde Costa e Marta Isabel Martins da Silva e Sá, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----

---ÁLVARO MARTINS AZEVEDO -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES-----

Assembleia Municipal



---ANA MENDANHA DE CARVALHO-----**FALTA JUSTIFICADA**-----
---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO DE PINHO-----
---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA-----
---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----
---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
---ARTUR JORGE SAMPAIO FERNANDES DA SILVA-----
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----
---BRUNA JOÃO ALMEIDA RIBEIRO-----
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA-----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----
---CARLOS ALBERTO NUNES AZEVEDO-----
---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO-----
---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA-----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----

Assembleia Municipal



---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---JOANA GOMES FERNANDES -----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS FELGUEIRAS ABREU E CASTRO-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ FERNANDES PEREIRA -----
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---LAURINDA DA COSTA MACIEL -----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA-----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO-----
---LUCA CARNEIRO PINHAL -----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----

Assembleia Municipal

---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----

---MANUEL LIMA SOARES -----

---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----

---MANUEL SILVA ALVES-----

---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----

---MARTA ISABEL MARTINS DA SILVA E SÁ -----

---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA-----

---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----

---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----

---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----**FALTA JUSTIFICADA** -----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA-----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão:-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Foi-me comunicado que, quer a Senhora Primeira Secretária quer o Senhor Segundo Secretário estão impossibilitados de marcar presença e sendo assim, eu solicitava ao grupo Municipal do PSD que pudesse indicar duas pessoas para me coadjuvar na Mesa, por favor. (Apresentaram-se na Mesa o Senhor Deputado Firmino Costa e a Senhora Deputada Marta Sá). -----

---Vamos então iniciar a Sessão.-----

Assembleia Municipal



---Como já perceberam temos uma ordem de trabalhos intensa, uma ordem de trabalhos grande e, por isso, começo por anunciar às Senhoras e Senhores Deputados que, conforme aquilo que foi estabelecido em reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, a sessão terá lugar hoje até à meia noite e meia e, se necessário for, prosseguirá amanhã de manhã (sábado) às nove e meia ao meio dia e meia e, se necessário for, prosseguirá à tarde das duas e meia até às cinco e meia. -----

---Aos líderes dos grupos municipais e aos Senhores Deputados, eu agradeço a disponibilidade, pese embora o sacrifício que eu percebo, mas esperemos nós é uma situação pontual para ver se não repetimos. -----

---Queria só fazer um ponto prévio, fui alertado por alguns Senhores Deputados que terão recebido o documento do GOP em papel para o facto de faltarem algumas páginas. Efetivamente estive a confirmar com os serviços, no documento que foi enviado por via eletrónica as páginas estão lá, constam todas. No documento que foi enviado em papel, há de facto ali um lapso, faltam ali algumas páginas. Estive a verificar com os serviços e aquele foi o documento que nós recebemos em papel, por parte da Câmara Municipal para fotocopiar, portanto, o erro já vinha da parte da Câmara Municipal. Fazemos aqui mea culpa porque não verificamos as páginas todas. O documento é extenso e dado aqui a uma questão de prazos e pressa no envio da convocatória, acabamos por não confirmar, e foi enviado com algumas páginas a menos. Pelo facto, eu peço desculpa e tudo faremos para que não volte a acontecer. Estas coisas acontecem. Foi um lapso e, portanto, vamos fazer para que não voltem a acontecer.-----

---Relativamente à correspondência da Assembleia Municipal no período compreendido entre a última Assembleia Municipal e esta, uma vez que a sessão será extensa, e por uma questão de economia de tempo, pedi às senhoras funcionárias que distribuíssem aos

Assembleia Municipal



líderes dos Grupos Municipais em papel para que pudessem ler, sendo que a Mesa estará disponível para esclarecer qualquer questão se assim entenderem. -----

---Antes de passar à aprovação das atas, há aqui ainda uma questão que queria colocar aos Senhores Deputados. Deu entrada ontem, nos serviços da Assembleia Municipal, uma comunicação do Senhor Deputado António Meireles, solicitando a continuação da suspensão do seu mandato por um período de 112 dias. Eu penso que os líderes municipais já terão acesso a esse documento. Ora, tendo entrado ontem, compete-me colocar esta questão à Assembleia Municipal pelo seguinte: de acordo com o Regimento, nomeadamente o seu artigo 37º, e sendo que estamos numa reunião ordinária do órgão e que podemos ver nesta questão algum carácter de urgência, que será sempre subjetivo, mas a meu ver adequa-se, aquilo que a Mesa vai propor é que seja feito um aditamento à ordem de trabalhos e que passe a ser o ponto número um esta apreciação do pedido da continuação de suspensão do mandato do Senhor Deputado, António Sanguêdo Meireles. Alguém vota contra? Alguém se abstém? -----

---Está então aditada à ordem de trabalhos passando a ser o ponto número um: “Discussão e votação da continuação da suspensão do mandato do Senhor Deputado António Sanguêdo Meireles”. -----

---Agora sim, antes de entrarmos no período do Antes da Ordem do Dia, todas as Senhoras e Senhores Deputados receberam as atas que estão ainda por aprovar e que passamos agora a aprovar. -----

---Sendo assim, proponho a aprovação da ata da reunião ordinária de 15/12/2023. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

---A ata da continuação dessa reunião de 15.12.2023, (18.12.2023).-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE QUINZE DE DEZEMBRO), FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

---A ata da reunião extraordinária de 18.12.2023.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA EXTRAORDINÁRIA DO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

---A ata da reunião do dia 19.12.2023, continuação da extraordinária do dia 18.12.2023.

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEZOITO DE DEZEMBRO), FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**

---E finalmente a ata da reunião extraordinária do dia 08.01.2024.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

Assembleia Municipal



---Antes de entrarmos no período do Antes da ordem do Dia, deram entrada na Mesa os seguintes votos: -----

---Voto do CHEGA - Voto de recomendação sobre as condições de Trabalho da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão.-----

---Voto da JS - Moção de Recomendação sobre a criação de parques de estacionamento próprios para motociclos no centro urbano.-----

---Voto de protesto do Partido Socialista, relativamente ao Presidente da Assembleia Municipal.-----

---Uma moção da CDU, relativamente ao Dia Internacional pela eliminação das violências contra as mulheres. -----

---Outro voto de protesto do Partido Socialista sobre a agressão à Embaixada Portuguesa em Kiev.-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - VOTO DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO.**-----

---A assembleia Municipal tem poderes de fiscalização sobre o executivo e delibera sobre as matérias mais importantes para o município, sob proposta da Câmara, nos termos da lei. Pode igualmente pronunciar-se sobre outras matérias de interesse para o município e receber petições dos cidadãos e das suas organizações.-----

---Tem igualmente competências de apreciação e funcionamento da Câmara Municipal. Enquanto órgão representativo do município, a Assembleia pode tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município, e deliberar sobre todas as matérias que visem a prossecução das atribuições do Município.-----

---Perante esta realidade, o Partido CHEGA de V. N. Famalicão apela ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que exerça a sua magistratura de influência no sentido de proporcionar a este órgão condições de trabalho condizentes com a sua relevância. ----

---Lembramos a todos, que em breve teremos mais Presidentes de Junta a participar nas reuniões/sessões, por via da recente aprovação da desagregação de freguesias. Tal facto, a juntar a muitos outros, que previsivelmente resultarão da nova configuração saída das eleições autárquicas de setembro de 2025, leva-nos a reclamar um novo espaço, mais amplo, apropriado à natureza da Assembleia Municipal e dos seus representantes. -----

---Queira esta assembleia aprovar este voto de recomendação. -----

---**LUCA PINHAL (JS)** - MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO PRÓPRIOS PARA MOTOCICLOS NO CENTRO URBANO-----

---Considerando o desaparecimento gradual de parques de estacionamento próprios para motociclistas ao longo dos últimos tempos no centro urbano do concelho de Vila Nova de Famalicão, que contrasta com o número já alargado e visível crescimento de motociclistas neste mesmo concelho e em todo o distrito, serve esta intervenção como voto de recomendação para a criação destes parques próprios para motociclos, nos diferentes pontos da cidade, como, por exemplo, próximo da Assembleia Municipal, do Hospital e das escolas, de forma que estas não fiquem estacionadas em locais impróprios por obrigação.-----

---Cada vez mais, a comunidade famalicense opta por meios de transporte mais práticos, como as motos, a fim de tentarem não perder horas para entrarem ou saírem da cidade. A criação destes parques de estacionamento fomenta, portanto, o uso deste meio de transporte para uma maior fluidez do trânsito e bem-estar da cidade.-----

Assembleia Municipal



---Adicionalmente, e não menos importante, este investimento seria, de igual forma, como forma de agradecimento e reconhecimento às inúmeras associações motociclistas que existem nas variadas freguesias do concelho, que tanto têm feito para o desenvolvimento social e recreativo, através da organização de atividades recorrentes que promovem a confraternização de toda a sociedade famalicense, exemplificando com o recente desfile de motociclistas vestidos com acessórios alusivos à época natalícia.-----

---Em razão de tudo o que antecede, propomos à Assembleia Municipal que aprove a presente Moção de Recomendação. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO SOCIALISTA, RELATIVAMENTE AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

---O Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sessão Solene do 25 de novembro, faltou conscientemente aos seus deveres como Presidente, pronunciando-se sobre uma matéria interna de um partido da oposição o que de todo não lhe competia em atos oficiais.-----

---Infelizmente, com esse comportamento, não cumpriu os deveres de representar formalmente a Assembleia Municipal em atos oficiais e em relações com outras entidades públicas ou privadas, desconfigurou as funções que destacam o seu papel como figura institucional e mediadora. -----

---O Presidente da Assembleia Municipal é responsável por representar a assembleia em cerimónias oficiais, tanto no âmbito do município como em eventos regionais ou nacionais, mas não o CDS enquanto investido nesse papel. -----

---O Presidente e o CDS não atuaram como símbolo da união e da legitimidade da Assembleia Municipal, desvalorizando a importância deste máximo órgão deliberativo de Vila Nova de Famalicão. -----

---Em concreto, nessa infeliz intervenção nomeou as escolhas do PS e o PS não lhe reconhece mesmo o mínimo de credibilidade política nem de autoridade moral ou outras para se estar a imiscuir nas decisões internas do nosso partido. Olhe pelo CDS que tem mesmo muito que ver e espantar ... Se o Presidente da Assembleia Municipal quer fazer combate político desça da Mesa em que está investido e vá ao parlatório porque aí ... sujeita-se... -----

---Lamentavelmente, esta falta gravíssima e indesculpável torna o Ex.mo Senhor Presidente cada vez mais parecido com o Senhor Deputado do seu partido Senhor Armindo Gomes quando se lembrou de criticar na Sessão Solene do 25 de Abril a estética do jovem da CDU”. Infelizmente, naquilo que toca à credibilidade, ao valor do desempenho desta maioria na Mesa da Assembleia Municipal... volta... Deputado Luís Ângelo que estás mesmo perdoado! -----

---São estas e a violação expressa das competências que lhe conferem por analogia o artigo 76.º, n.º 3, do regimento da Assembleia da República, o artigo 30.º, n.º 1, alíneas a), d) e K) da Lei das Autarquias Locais e o artigo 19.º do regimento desta Assembleia que presidem à apresentação do presente voto de protesto. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - VOTO DE PROTESTO SOBRE A AGRESSÃO À EMBAIXADA PORTUGUESA EM KIEV. -----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista vem pelo presente voto repudiar a ignóbil agressão física à embaixada portuguesa em Kiev, perpetrada pela federação Russa. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES. -----

---Assinalou-se no dia 25 de novembro, o Dia Internacional pela Eliminação das Violências Contra as Mulheres. Ao longo dos tempos, a luta das mulheres contra todas as formas de violência teve eco na Organização das Nações Unidas, levando em 1993, na

Assembleia Municipal



sua Assembleia-Geral, a adotar a Declaração para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.-----

---Assinalar este dia é uma oportunidade para dar visibilidade às diversas formas de violência exercida sobre as mulheres, mas também o afirmar para os caminhos que podem concorrer para o seu combate e prevenção. -----

---A multiplicidade da violência contra a mulher, de todas as idades, persiste, aprofunda-se e normaliza-se na nossa sociedade. E esta, não pode ser dissociada da crescente banalização da “cultura de violência” que atravessa diversos domínios da sociedade e forja a subversão de valores e alteração nos comportamentos e atitudes de homens, mulheres, jovens e crianças que minam as relações interpessoais, a par da mercantilização da violência como “produto rentável”, da subalternização da mulher, patente na sua utilização como objeto sexual na publicidade e nas redes sociais, ou objeto de “consumo” nomeadamente na prostituição. -----

---E por isso, combater as diversas formas de violência exige que todas elas sejam reconhecidas como tal: a violência doméstica, a violência no namoro, o tráfico de seres humanos, a violência sobre as mulheres na prostituição, mas também, a violência nos locais de trabalho e nas ruas como o assédio moral e sexual. -----

---É urgente aprofundar as respostas do Estado às diversas dimensões da violência exercida sobre as mulheres, através de um combate firme a este flagelo e medidas de política pública concertadas e articuladas, que respeitem e cumpram em todas as dimensões o direito das mulheres mães, trabalhadoras e cidadãs e lhes permita sair de relações violentas e humilhantes, refazendo as suas vidas, com uma ajuda financeira, de proteção social e de segurança, garantindo o respeito e dignidade a que as mulheres têm direito como seres humanos e cuja responsabilidade cabe ao Estado assegurar. -----

Assembleia Municipal



---O cumprimento dos direitos das mulheres, na lei e na vida, é a mais profunda forma de contribuir para assegurar o direito das mulheres a decidirem sobre o seu projeto de vida, incluindo a libertar-se de contextos violentos. Cumprir os direitos das mulheres representa, em si mesmo, impulsionar mudanças profundas nos papéis de mulheres e homens, na família, no trabalho, na vida social e política. -----

---E por isso, a CDU reitera que à dimensão, gravidade e urgência do problema da violência sobre as mulheres têm de corresponder, com igual determinação, a adoção de medidas concretas. -----

---Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida ao dia 20 de dezembro, delibere: -----

---1 – Repudiar todo o tipo de violência exercida sobre as mulheres, os homens e as crianças; -----

---2 – Instar os órgãos de soberania da Assembleia da República a tomarem as medidas necessárias para que os direitos consagrados na Convenção de Istambul possam ser sentidos de forma efetiva; -----

---3 – Concretizar ações e medidas que tenham como objetivo a prevenção e combate à violência doméstica e de género, através do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação e que inclua dimensões da prevenção e combate à violência doméstica e de género, violência no namoro, violência no trabalho, prostituição e tráfico de seres humanos. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – O CHEGA, por mim representado nesta Assembleia, vai votar favoravelmente todos os votos, menos o voto de Protesto relativamente ao Presidente da Assembleia Municipal a propósito, desculpem a repetição, da Sessão Solene do 25 de novembro. -----

Assembleia Municipal



---Não se pode ser democrata à segunda, quarta e sexta e jugular o direito da opinião nos outros dias quando a mensagem não nos agrada. -----

---A exteriorização do pensamento é legítima em qualquer situação, especialmente e principalmente quando nos é apresentada de forma civilizada, com urbanidade e nos lugares próprios como foi o caso. A imparcialidade do Presidente João Nascimento não está nem nunca esteve em causa. -----

---No direito português, não existe aquilo a que se costuma chamar «delito de opinião». A importância atribuída à liberdade de expressão é tão elevada, que nem sequer é proibido criticar ou contestar outros valores ou princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa.-----

---Nós conhecemos bem o modus operandi da esquerda, aqueles que constantemente se arvoram e se julgam donos da moral e da verdade democrática. Acabou a era do politicamente correto, estamos numa fase da nossa vida em que os portugueses e os famalicenses em particular precisam de saber a verdade, doa a quem doer. -----

---Senhor Presidente, o CHEGA não podia estar mais de acordo com a atuação de vossa excelência da Assembleia Municipal de Famalicão. Continue assim, Senhor Presidente, e um dia destes entregamos-lhe uma ficha de inscrição para o CHEGA.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – O que me traz aqui é o voto de protesto contra o Senhor Presidente da Assembleia, João Nascimento.-----

---O Senhor Presidente da Assembleia o que disse aqui, nas comemorações do 25 de novembro, não foi nenhuma mentira, nem inventada por ele. Quem foi contra ou quem era contra as comemorações do 25 de novembro, foi Elisa Costa, uma Deputada do Partido Socialista.-----

---O Dr. Jorge Costa não tem que estar contra o Presidente da Assembleia, que ele não disse mentira nenhuma, nem contra nenhum de nós. Tem que estar contra a sua Deputada,

Assembleia Municipal

e que por acaso é sua irmã. E você votou de uma forma na Assembleia Municipal e a sua irmã Deputada do Partido Socialista votou ao contrário, porque foi nesta Assembleia Municipal que foi aprovada as comemorações do 25 de novembro, para quem está lá fora a ouvir. Isto foi aprovado nesta Assembleia Municipal, as comemorações de 25 de novembro, e o que o Senhor Presidente da Assembleia disse... chamou um pouco a atenção uma Deputada do mesmo Partido, do Partido Socialista, contra os outros Deputados todos do Partido Socialista, a ser contra o 25 de novembro. -----

---Sabe o que é que me dá impressão nisto? Eu vivi o 25 de novembro com 20 anos, e não quero chamar aqui agora ao Partido Comunista um abuso de poder na altura, mas foi o que aconteceu. O Partido Comunista na altura do 25 de novembro invadiu as grandes empresas, as grandes quintas, tomou conta de tudo. Porque se não fosse o 25 de novembro, nós tínhamos que ter aqui uma ditadura como na Venezuela. -----

---Eu quero dizer que a Deputada do Partido Socialista, Elisa Costa, tem precisamente esse espírito, nela mesmo! Não é democrática porque se ela viveu o 25 de novembro deve ter vivido, provavelmente mais nova do que eu, deve saber muito bem o que se passou no 25 de novembro. Portanto, o Senhor Presidente da Assembleia não disse mentira nenhuma nesta Assembleia. E é livre de dizer aquilo que pensa, desde o momento que não esteja a provocar nenhum Deputado nem inventar nenhuma mentira. Isto foi uma verdade! -----

---Quem nos ouve aqui, quem nos ouve lá fora, o que se passou aqui foi uma aprovação do Partido Socialista e uma Deputada do Partido Socialista que votou contra e, depois, esteve contra o 25 de novembro. -----

---O Partido Comunista já era contra, por isso já não estranho porque era contra. -----

---A respeito do que ele diz aqui de um Deputado do Partido Comunista que eu reparei numas comemorações do 25 de abril, não retiro nada. -----

Assembleia Municipal



---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Também em nome do Grupo Municipal do PSD dar conta daquilo que serão os nossos sentidos de voto.-----

---Votaremos a favor de todas os documentos que nos foram submetidos à exceção de um que tem a ver com o 25 de novembro. -----

---Votaremos, por isso, a favor da recomendação do CHEGA - a proposta da melhoria das condições desta Assembleia Municipal. É um esforço que temos vindo a fazer ao longo dos últimos anos, mas é preciso perspetivar o futuro, e o futuro nos diz que muito provavelmente esta sala não terá condições para receber as sessões da Assembleia Municipal e, por isso, é preciso começar a pensar em alternativas. -----

---Votaremos a favor da Moção de recomendação do Partido Socialista relativamente aos parques de estacionamento para motociclos. Entendemos nós que na expressão de parques de estacionamento estamos a falar de parqueamento de lugares de estacionamento e não apenas um parque, enfim, no sentido literal da palavra. -----

---Votaremos a favor da recomendação ou da Moção da CDU a propósito do dia internacional pela eliminação das violências contra as mulheres. E já agora aqui dizer, Senhor Deputado, que relativamente ao ponto três dessa Moção, e que nos faz a recomendação no sentido de que o Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação, inclua todas as violências contra as mulheres, ele existe nesse plano, num conceito mais alargado que se chama violência interpessoal. -----

---A violência interpessoal é uma designação técnica que inclui todo o tipo de violências contra as mulheres. E já que falamos de violência contra as mulheres, permitam-me que ainda desta sala pequena não chegará seguramente a lado nenhum do mundo, mas acho que vale a pena aqui citar Gisèle Pélicot. Neste dia e neste momento, vale a pena citar Gisèle Pélicot, e sobretudo para realçar a circunstância de que a vergonha nunca está de quem é agredido, é nos agressores. E a Gisèle Picote de facto deu uma história ao mundo

e uma forma diferente de ver o que é a violência contra as mulheres. Nunca as mulheres devem ter vergonha quando são agredidas. A vergonha está do lado dos agressores. Era bom que essa mentalidade como no resto do mundo fosse evoluindo nesse sentido. ----

---Iremos votar a favor do protesto do Partido Socialista quanto à agressão à Embaixada Portuguesa em Kiev perpetrada pela Federação Russa e já agora, a expressão mais correta que é na linguagem Russa: Kyiv, é na linguagem Ucraniana... eu sei que está muito entranhado e eu próprio uso a expressão Kiev e nunca uso a expressão “Kyiv”. -----

---Quanto ao voto de protesto do Partido Socialista, relativamente às celebrações do 25 de novembro, iremos votar contra. Iremos votar contra por várias razões. A primeira é que há um erro conceptual por parte do Partido Socialista. -----

---Nas sessões solenes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não é um árbitro, é um agente, é um interveniente, é um ator. E nessa circunstância, não pode ser coibido de emitir a sua opinião, não pode estar condicionado na expressão daquilo que é o seu pensamento. E qual foi o pensamento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal? Foi denunciar dois factos objetivamente verdadeiros. -----

---O primeiro: ausência da Coligação Democrática Unitária a esta sessão solene. É um facto. -----

---O segundo facto: é a circunstância do partido Socialista, com toda a legitimidade, ter escolhido para usar da palavra, em nome do Grupo Municipal, a sua única Deputada que havia votado contra exatamente a celebração desta data em sua forma de sessão solene. É factual. -----

---O Senhor Presidente entendeu dirigir críticas a esses dois factos, está no seu direito. Podemos gostar, podemos não gostar, mas a verdade é que a democracia é assim mesmo. E a liberdade de expressão é a possibilidade exatamente de fazer aquilo que fez. -----

Assembleia Municipal



---E já que o Partido Socialista se decorre do Regimento da Assembleia da República, eu devo dizer, devo recordar, eu assistia a todas as cerimónias do 25 de abril, desde 2011. Eu recordo-me das expressões e das afirmações menos próprias, e eu já estou a ser muito cuidadoso na linguagem, menos próprias que, por exemplo, Ferro Rodrigues dirigiu a Pedro Passos Coelho. E recordo-me na última legislatura, aqui sim até de ofensas, de Augusto Santos Silva a André Ventura. É o mesmo Regimento que cita, é aquele que eu agora me socorro para o contrariar. -----

---A única força política que na verdade violou o Regimento foi o Partido Socialista nesta sessão ao fazer escolher, ou melhor dizendo, ao fazer-se representar na Mesa dos Grupos Municipais por alguém que não é Deputado Municipal. E aqui sim, na verdade o que o Regimento nos diz, o que o próprio convite que era dirigido é o líder da bancada estar presente ou fazer-se representar. O líder da bancada faz-se representar por um dos seus vice-presidentes ou por um dos seus Deputados, inclusivamente por alguns dos Senhores Presidentes de Junta que integram o Grupo Municipal. -----

---Queria dar aqui os parabéns ao Senhor Presidente pela excelente cerimónia que aqui tivemos lugar, pela participação do público, pela participação de todos os Grupos Municipais, pela participação dos jovens e pelo regresso de pessoas que nos são muito queridas e que nos dizem muito e dizem muito a esta casa: Correia Araújo, Artur Lopes, Manuel Nascimento, Almeida Pinto, Álvaro Oliveira, apenas para citar alguns, Salvador Coutinho já agora. Apenas para citar alguns. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Voto de recomendação do CHEGA, iremos votar favoravelmente, e não adianta vir com pezinhos de lã, Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, esta sala não tem condições não é por causa dos Presidentes de Junta que aí vêm. Estão todos esquecidos das Assembleias no verão e da temperatura que atinge esta sala?

Que as pessoas estão aqui como sardinha em lata porque a Câmara não investe e é incapaz de planear? Portanto, não vamos disfarçar os insucessos da Câmara. -----

---É claro que iremos votar favoravelmente. -----

---Moção de recomendação, este estacionamento para motociclos já existiu e ninguém percebe porque é que desapareceu. -----

---Felicitamos a JS pela atenção que deposita ao dia a dia dos famalicenses. -----

---Moção da CDU, iremos aprovar necessariamente porque ainda falta fazer muito para a igualdade de género, e ainda falta erguer sempre a voz contra a violência das mulheres.

---Relativamente ao voto de protesto, a posição do CDS não nos espanta, de vir aqui reiterar tudo como se o CDS tivesse a categoria ou a capacidade ou a legitimidade para criticar um jovem da CDU. O jovem da CDU anda como quer e o CDS pode não gostar, mas não tem que, numa cerimónia oficial, ou numa Assembleia Municipal, numa sessão solene do 25 de abril, dizer o que lhe apetece. Porque há limites à liberdade. -----

---Assim, a mesma coisa relativamente às escolhas do PS. O Senhor Presidente, Nascimento, não pode, aí acaba a legitimidade, criticar ou deixar de criticar as escolhas do PS. São livres do PS e o PS é imune e não reconhece autoridade moral ao Senhor Presidente, Nascimento, ao CDS ou ao PSD ou ao CHEGA, ou seja a quem for para as decisões que toma. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Em relação ao voto de recomendação do CHEGA, partilhamos da opinião de que esta sala é bastante exígua, não oferecerá as melhores condições, poderá funcionar algum tempo, ainda para que não sejam apressadas as soluções ideais. E, portanto, nós vamos votar a favor desta recomendação. -----

---O voto de recomendação do Partido Socialista, criação de parques de estacionamento próprios para motociclos no centro urbano, naturalmente que é uma ideia bem pensada,

Assembleia Municipal



bem observada a sua exigência imediata e, portanto, também não podemos deixar de a recomendar e de aprovar. -----

---O voto de protesto sobre eventuais pronunciamentos do Senhor Presidente ditos abusivos, felizmente não participamos nesta sessão, não participamos, e é curioso assinalarmos uma questão, deixem-me ser muito franco, estive na reunião que decidiu isto, na Comissão de Apoio à Mesa, e tão bem que todos se deram para estarem combinadamente e apressadamente ou tardiamente (passado 49 anos), quem sabe, para realizar esta sessão solene e afinal de contas isto correu muito mal. Ainda bem que cá não estivemos porque íamos presenciar... correu bem, mas uma coisa pensada com 49 anos, naturalmente que só poderia correr bem, não é? Isto levou 49 anos a agilizar! -----

---Falta aqui a violência contra as mulheres naturalmente, até porque somos os proponentes, vamos votar a favor.-----

---E este voto de protesto apresentado pelo PS, digamos, trata assunto sério, mas ao mesmo tempo dá vontade de alguma risota. É que é pela primeira vez, nós até poderíamos considerar que isto é um voto de última hora, feito em cima do joelho com três letrinhas apenas para dizer uma coisa que é evidente, mas não penso que seja aqui o palco ideal para tratar disto. A Assembleia da República sim, certamente tomará providências de tomar posição sobre isto, a Assembleia Municipal de Famalicão não deve meter-se nestas coisas. Votamos contra, naturalmente.-----

---**ELISA COSTA (PS)** (Pedi a palavra para defesa da honra) - Quero antes de mais dizer ao Senhor Deputado, Armindo Gomes, que eu não sou irmã nem filha de ninguém aqui dentro. Chamo-me Elisa Maria Domingues da Costa e tenho os mesmos direitos e os mesmos deveres do Senhor.-----

---Quando o Senhor se refere a mim como irmã de, é para me apoucar, é para me denegrir, é para me humilhar, e, portanto, eu dispenso. É claro que toda a Assembleia já conhece o

Assembleia Municipal



seu jeito há muitos anos. Como o Senhor não tem argumentos políticos para nada, faz ataques pessoais às pessoas, mas dispenso-lhe isso, está bem? A minha dignidade é igual à sua. -----

---Se o Senhor Presidente ou outras pessoas aqui presentes nesta sala tinham curiosidade em saber porque votei contra as comemorações do 25 de novembro, tivessem-me perguntado. -----

---Felizmente milito num partido político onde há liberdade, e em consciência eu não sou a favor das comemorações do 25 de novembro. E podem-me perguntar, porquê? Se tinha curiosidade, o Senhor Presidente podia-me perguntar, porquê?-----

---É certo que eu inaugurei algo de novo nesta casa. Quando toda a gente vota...-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhora Deputada, peço desculpa de interrompê-la, mas a Senhora pediu a palavra para defesa da honra. Eu acho muito bem que tenha exercido a sua defesa da honra, mas já estamos a entrar noutro tema. Portanto, se quiser usar da palavra terá que começar a contar o tempo do Partido Socialista, por favor.-----

---**ELISA COSTA (PS)** – Perdão?!-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Se quiser usar da palavra para outra coisa que não seja a defesa da honra, como é o caso, terá que começar a contar o tempo do Partido Socialista. Para defesa da honra não conta o tempo.-----

---**ELISA COSTA (PS)** – Eu vou então perguntar ao Senhor Presidente o que é que entende por defesa da honra? Na Assembleia de 25 de novembro... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhora Deputada, eu não vou entrar em discussão consigo. A Senhora Deputada neste momento está a dar explicação à Câmara porque é que entrou

Assembleia Municipal



numa opção do seu discurso do 25 de novembro. Isso é com a Senhora Deputada. Isso não tem nada a ver com a defesa da honra. -----

---**ELISA COSTA (PS)** – Eu peço desculpa, mas há aqui qualquer equívoco! Porque a minha opção discursiva do 25 de novembro é uma posição do Partido Socialista... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhora Deputada, e pode fazê-lo. Tem toda a liberdade para o fazer. Eu percebi e concedi a palavra à Senhora Deputada para a defesa da honra. -----

---**ELISA COSTA (PS)** – Eu só estou a perguntar ao Senhor Presidente porque motivo é que se referiu a mim nas comemorações do 25 de novembro? -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Ó Senhora Deputada, quer continuar a defesa da honra? Quer usar o tempo do Partido Socialista? Ou quer abdicar da palavra? -----

---**ELISA COSTA (PS)** – O Senhor está a fazer um *fait diver* para me cortar a palavra.

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhora Deputada, pode usar da palavra. Acabei de lhe dizer, pode usar da palavra. Tem é que começar a contar o tempo, é só isso! -----

---**ELISA COSTA (PS)** – As comemorações do 25 de novembro... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhora Deputada, quer usar da palavra para continuar a contar o tempo. É isso? Tem que explicar porque a Mesa não está a perceber. É isso? -----

---**ELISA COSTA (PS)** – Peço desculpa, eu vou pronunciar-me sobre este assunto. Creio que está no Regimento da Assembleia. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Pode pôr a contar o tempo, por favor. Pode continuar, Senhora Deputada. -----

---**ELISA COSTA (PS)** – Então, o Partido Socialista é um partido livre e felizmente foi-me permitido votar diferente do meu partido.-----

---É claro que inaugurei aqui um ato nesta Assembleia que não está habituada a ver isso, está habituada a que todos se levantem em bloco, mas eu felizmente penso por mim, e o 25 de novembro é para mim um ato comemorativo que diaboliza a quem esteve no 25 de abril e quem vive a vida democrática.-----

---Em democracia somos todos precisos, todos fazemos falta quando o nosso objetivo é o bem comum. -----

---Tal como se provou na sessão do 25 de novembro não foi nada mais nada menos de que ataque puro político contra os participantes, contra quem esteve no 25 de novembro. E, portanto, esta radicalização política não me serve como democrata.-----

---Quanto ao Senhor Presidente, queria só dizer-lhe uma coisa, quando o Senhor tomou posse eu tive algumas dúvidas sobre a sua capacidade de isenção porque o CDS é um partido de radicalismo, já o conhecemos nesta Assembleia.-----

---Confesso que até ao momento, acho que dirigiu esta Assembleia de forma exemplar, com muita honra e com muita dignidade. Não sei se foi um frete que fez a alguém nas comemorações do 25 de novembro, mas eu queria-lhe dizer que lhe ficou muito mal, além de ser absolutamente ilegal.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Muito obrigada, Senhora Deputada. Felizmente a minha capacidade de gerir os trabalhos não depende daquilo que a Senhora Deputada pensa. E, portanto, vou continuar a fazê-lo com toda a isenção, competência e rigor, de acordo com aquilo que é o meu entendimento. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Senhor Deputado, Daniel Sampaio, efetivamente deixou aqui no final, se eu já sabia a intenção de voto da CDU porque perguntei, confesso que

Assembleia Municipal

perguntei porque tinha... e o Senhor sabe que tenho muita estima pessoal pelo Senhor, mas de facto a bancada que o Senhor está aqui a representar, na última sessão do 25 de novembro não esteve cá, e por este andar corre o risco de deixar de estar. Por uma razão muito simples, eu acho que no dia de hoje ninguém em seu perfeito juízo - e não estou a falar de valores políticos nem de outros – ninguém em seu perfeito juízo consegue não condenar o ataque que está a ser feito todos os dias a todas as horas à Ucrânia. -----

---A CDU, não sei se, e agora permita-me a minha... se por gozo, por ignorância, sabe-se lá porquê, vem aqui a nós e aos famalicenses dizer que não. Afinal, não é bem assim. Portanto, algo de errado não está certo.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Apenas para dizer que nesta matéria também o PS está chocado com a posição da CDU. E concorda neste aspeto com o CDS. Um dia destes vocês não estão cá mesmo. Isto é de hoje porque o bombardeamento foi hoje. Estou espantado. Estamos siderados como é que alguém não condena, eu já não digo à Ucrânia, uma agressão à Embaixada Portuguesa? Porquê? Porque o PC Soviético manda? Por amor de Deus! -----

---VOTO DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, DO CHEGA -----

---**POSTA À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, DO CHEGA, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.**

---MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA JS, SOBRE A CRIAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO PRÓPRIOS PARA MOTOCICLOS NO CENTRO URBANO--

---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO DA JS, SOBRE A CRIAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO PRÓPRIOS PARA MOTOCICLOS NO CENTRO URBANO, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

---VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO SOCIALISTA, RELATIVAMENTE AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

---POSTA À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO SOCIALISTA, RELATIVAMENTE AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, FOI O MESMO REJEITADO, COM CINQUENTA E TRÊS VOTOS CONTRA, TREZE A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE A AGRESSÃO À EMBAIXADA PORTUGUESA EM KIEV-----

---POSTA À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO DO PARTIDO SOCIALISTA SOBRE A AGRESSÃO À EMBAIXADA PORTUGUESA EM KIEV, FOI O MESMO APROVADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO PS (16 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS) DO CHEGA (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS) COM O VOTO CONTRA DA CDU (1 VOTO).-----

Assembleia Municipal

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Muito bem. Fica o compromisso da CDU de apresentar depois por escrito uma declaração de voto.-----

---MOÇÃO DA CDU, RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES -----

---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO DA CDU, RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CONTINUAÇÃO DA SUSPENSÃO DO MANDATO DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO SANGUÊDO MEIRELES. (GRELHA E)-----

---POSTA À VOTAÇÃO A SUSPENSÃO DO MANDATO DO SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO SANGUÊDO MEIRELES, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

---SEGUNDO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Permita-me que apresente aqui algumas informações apenas, que considero porventura mais relevantes desde a última Assembleia Municipal, que se realizou no dia 20 de setembro último. -----

Assembleia Municipal



---E começo por um conjunto de prémios e distinções que envolveram a Câmara Municipal desde o prémio de “Boas Práticas Erasmus+” que foi o mais recente, na categoria da inclusão e diversidade. Um prémio que enfatiza esta mesma inclusão e diversidade que promovemos por via de políticas públicas diversas. -----

---A distinção de Famalicão a “Autarquia Familiarmente Responsável”, mais uma vez, é a 12.^a vez consecutiva que obtemos esta distinção. -----

---A bandeira da ética, no desporto, também uma distinção que recebemos. -----

---E a bandeira verde “Eco 21”, também uma conquista recente.-----

---Uma nota muito especial para o anuário financeiro dos municípios. É sabido que também saiu há poucas semanas atrás, que colocaram Famalicão no primeiro lugar no distrito de Braga. Somos nós aqueles que temos a melhor eficiência financeira, e a nível nacional somos o oitavo dos municípios de grande dimensão, o que é um enorme reconhecimento da boa gestão que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver.-----

---Destaco aqui dois protocolos que considero também, como disse há pouco, de enorme relevância, o protocolo com a Agência Portuguesa do Ambiente para a criação da Brigada do guarda-rios. Como é sabido que já está materializado, já está a desenvolver tarefas, funções por forma a que a nossa bacia ideográfica apresente cada vez melhor qualidade. E o protocolo com a Direção Geral da Administração da Justiça que nos permite também desenvolver intervenções diversas no Tribunal de Famalicão. -----

---Uma nota especial para algumas empreitadas que tiveram o seu início:-----

---Empreitada relativa à reabilitação da Esquadra da Polícia de Segurança Pública; -----

---Empreitada relativa à Unidade de Saúde de São Miguel-o-Anjo;-----

---Empreitada relativa ao Centro de Atletismo de Famalicão;-----

---Empreitada relativa à escola provisória que vai acomodar todo o corpo docente e não docente e os estudantes da Padre Benjamim Salgado; e-----

Assembleia Municipal



---Ainda não começou, mas começa segunda-feira próxima, também faço essa referência, que é o início da empreitada da Unidade de Saúde de Joane. -----

---Referir ainda que, nestas últimas duas semanas, estamos a desenvolver algumas iniciativas que visam o encerramento do estatuto que envergamos de “Região Empreendedora Europeia 2024”. Tivemos cá alguns membros do Governo para enfatizar aquilo que de muito bom nós fazemos em Famalicão, e começo pelo dia de hoje com a Senhora Ministra da Saúde na inauguração de uma Unidade de Cuidados Paliativos da Santa Casa da Misericórdia de Riba de Ave, que é um bom exemplo de empreendedorismo social com muita inovação social incorporada. -----

---Na semana passada tivemos também o Senhor Ministro da Economia na Continental Mabor, onde foi feita a referência de que este projeto Empresarial é aquele que mais receita estadual tem, muito mais por exemplo que a Autoeuropa, e é aquela que se fala mais e é a Continental que dá mais ao país, que também, obviamente, tem também aqui o empreendedorismo e a inovação como pilar fundamental. -----

---E por último, tivemos cá a presença do Senhor Primeiro-ministro, Dr. Luís Montenegro, na inauguração de um grande Centro Tecnológico, com mais de 200 investigadores que quer chegar aos 225. Centro Tecnológico este, como é sabido, que desenvolve investigação diversa, e investigação esta que é investigação aplicada com transferência de conhecimento para as nossas empresas, para que estas possam estar apetrechadas deste conhecimento e com isso ter mais valor acrescentado. -----

---Por último, fazer referência ao lugar de Natal, como é sabido está a correr muito bem, já com muitas dezenas de milhares de pessoas que aqui trouxe e, por isso, também, quero dar esta nota já que estamos também num período Natalício, convidando-vos para quem não foi, estou certo que todos porventura já o foram, mas se o não fizeram, vale a pena para que vivam intensamente esta época natalícia. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Dirijo-me a vossa excelência, Senhor Presidente de Câmara, meia dúzia de perguntas muito simples. Eu sabia que vossa excelência é um homem de trabalho, não sabia que tinha o dom da ubiquidade. Eu vejo-o em todo o lado! É no futebol, é nas empresas, é com os Ministros, é nas festas! É bom! É bom! É bom! Espero que a sua saúde resista. -----

---Um assunto particularmente, não me interessa muito, mas que nós perguntamos a alguns famalicenses que tipo de perguntas é que gostariam de fazer ao Senhor Presidente de Câmara, e a primeira pergunta é sobre o Estádio do Famalicão. -----

---Entregou recentemente o prémio dirigente do ano ao Presidente da SAD. Nós famalicenses, e eu falo em nome de 2.635 famalicenses, para já, gostaria de saber em que ponto é que está a situação relativamente ao estádio? Se vai haver remodelação? Se há acordo com a SAD? Em que ponto é que estão as negociações?-----

---Depois uma segunda pergunta, que foi vossa excelência até que revelou isso nos jornais da terra, sobre os custos adicionais relativamente às obras no centro da cidade que tem tido alguns problemas. Que tipos de custos adicionais é que os famalicenses vão ter relativamente a alguns erros que se cometeram na empreitada inicial? -----

---Um terceiro ponto, é se está previsto a instalação de novos hipermercados em zonas que nós consideramos que deviam ser para habitação?-----

---Se me permite, hoje eu ouvi uma expressão muito interessante dizendo que nós já conhecemos a existência da Disneylândia, já conhecemos a existência da Cracolândia, parece que Famalicão vai ser a Hiperlândia. Não é? Qualquer dia, o Departamento de Turismo vai alugar uma carroça com guia turístico, dizendo: à direita o E.Leclerc, à esquerda o Lidl, mais à frente o Pingo Doce, depois mais à frente o Continente, e essas são as atrações de Famalicão. Portanto, gostávamos de saber em que ponto está. -----

---Sobre ainda a habitação, a gravíssima crise da habitação, diz por exemplo no GOP, a construção de 240 fogos. Nós temos sido abordados também por muita gente, perguntando a quem se destinam e onde vão ser esses 240 fogos. É uma pergunta que já o fizemos repetidamente. Ainda não obtivemos uma resposta cabal, e gostaríamos de saber o que é que se passa. -----

---Por último, relativamente ao Parque da Devesa, que tem sofrido nos últimos tempos uma degradação de a olhos vistos, segundo relatos de pessoas que o utilizam diariamente, e também gostaríamos de saber o porquê desta degradação do nosso ex-líbris da cidade.

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Sr. Presidente,-----

---Desde a aprovação e aplicação da tristemente conhecida como Lei Relvas, em 2013, a mesma levou à extinção de 15 freguesias no nosso concelho, por agregação, facto que tem levado a CDU desde essa altura a bater-se, pela reposição do anterior mapa de freguesias, dando assim expressão política à contestação e oposição generalizada das populações e da maioria esmagadora dos órgãos autárquicos. -----

---Lembro a propósito que esta Assembleia em mandato anterior e no atual, aprovou duas moções apresentadas pela CDU, com maiorias expressivas ou mesmo por unanimidade.

---Em 2021 foi aprovada a Lei n.º 39, da Assembleia da República, onde era definido o Regime Jurídico da Criação, Modificação e Extinção de freguesias, não sem antes as forças políticas de bloqueio da vontade popular incluíssem armadilhas legais que limitam, de forma irreversível, esse direito das populações. -----

---Os eleitos da CDU denunciaram a inclusão nesta lei de um conjunto de tecnicidades jurídicas, que não tinham outro objetivo que não fosse o de dificultar e tentar evitar a reposição de grande parte das freguesias extintas onde esta é a vontade das populações.

---Para a CDU a vontade popular deve sobrepor-se a qualquer pretexto burocrático em especial os que são usados como limitadores aos seus direitos de identidade, histórica e

cultural. É bastante curioso/indicador de que as 16 freguesias propostas no Distrito de Braga que foram rejeitadas (16) expressas no relatório aprovado pela Comissão do Poder Local da Assembleia da República, mereceram apenas o voto favorável do PCP, tendo votado contra, e todas as outras forças políticas presentes: PSD, CDS, PS e CHEGA, votaram contra. Só este último votou ou absteve-se em 91% das propostas de desagregação da União de Freguesias, no Distrito de Braga. É verdade. -----

---Para a CDU a extinção de freguesias, em geral, não trouxe vantagens, mas os prejuízos são imensos. Criou problemas novos que não existiam a que somam outros de causa diversa, facto que agrava as desigualdades territoriais e prejudica os interesses das populações. Traduziu-se no maior afastamento das populações do Poder Local Democrático, na representatividade dos interesses e aspirações dessas populações que perderam identidade própria e que lhes diminuiu a capacidade de intervenção na exigência de soluções...-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhor Deputado, peço desculpa por interromper, mas mais uma vez vou voltar a fazê-lo. Nós estamos num ponto em que estamos a pedir informações ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, e eu pedia que fizesse o enquadramento que tem que fazer, mas que fosse mais direto na questão...-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Estou a contextualizar as perguntas que quero dirigir ao Senhor Presidente. Não sei se tem alguma coisa a opor, mas parece que tem. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Não tenho nada a opor. Peço-lhe que seja conciso nas perguntas... peço desculpa, peço que seja direto nas perguntas e possa contextualizar, mas que seja de matéria sobre a qual o Senhor Presidente da Câmara pode responder ou deliberar.-----

Assembleia Municipal



---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Pelos motivos acima mencionados, o Grupo Municipal da CDU coloca as seguintes questões ao Sr. Presidente: (Está a ver? E não avancei em nada). -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Se calhar eu devia ter interrompido mais cedo, mas esteja à vontade.

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Isto está a mudar, eu não estava habituado a tão escrupuloso dever e impedir que se quem quer colocar uma pergunta possa fazer uma abrangência para... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhor Deputado, eu não estou a impedir, aliás, pedi-lhe para contextualizar, mas que pudesse ser conciso.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente, sou eu que tenho que pedir desculpa porque de facto não estarei a portar-me convenientemente.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Muito bem. Está desculpado. Pode continuar.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – No ponto um, o que pode o Senhor Presidente dizer-nos sobre o processo de desagregação das freguesias em curso? -----

---Quais os seus impactos no nosso concelho? Estamos preparados para esta nova realidade eleitoral e territorial? -----

---Se as populações, perante a desagregação de apenas algumas freguesias, manifestarem o seu desejo de iniciarem o processo de desagregação de freguesias ainda agregadas, podem contar com o apoio do município e do Sr. Presidente? -----

---Era esta a primeira pergunta.-----

---A segunda pergunta, espero ter uma capacidade de síntese boa para não perder o meu direito de me exprimir democraticamente nesta tribuna... -----

Assembleia Municipal

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Ó Senhor Deputado, não confunda! Ninguém o proibiu de exprimir democraticamente, só lhe pedi que se cingisse ao ponto, mais nada.-----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Com todo o respeito, não compreendi absolutamente nada a sua observação. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Ó Senhor Deputado, muito bem. Não tem que compreender, eu posso fazê-lo e fiz aquilo que entendi que devia fazer.-----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Com todo o respeito, está a abrir um capítulo novo no procedimento desta casa e desta Assembleia que não era conhecido. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Muito bem, Senhor Deputado, é conhecido agora. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Ok! Mas o Senhor quer afirmar a sua posição, eu pretendo afirmar a minha. Estamos num combate democrático, e acho que tenho todo o direito de intervir e dizer o que quero dizer no tempo que me está atribuído.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor Deputado, diz o que quer dizer dentro do ponto que estamos a falar. É só isso que lhe peço. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Eu não me desviei do ponto, Senhor... -----

---Senhor Presidente, chegados à época natalícia, não podíamos deixar de referir um conjunto de situações com impacto no nosso concelho, é que por muito que se tente disfarçar ou fechar os olhos aqueles que cá moram ou trabalham é por demais evidente as consequências das más decisões e planeamentos causaram e causam ao nosso concelho, sejam eles sobre a estética da cidade, sobre a falta de estacionamento, sobre a falta de

acessibilidade ao centro da cidade, sobre o cerco das unidades comerciais e, consequentemente, os prejuízos que estas trazem para o comércio local. -----

---E mesmo que este executivo tente negar, seria deveras importante começar a envolver instituições e entidades do concelho com atividades na área de intervenção, como é exemplo da ACIF, que nos parece ter uma visão e avaliação completamente oposta à desta Câmara num conjunto significativo de situações. -----

---Continuando a falar de planeamento ou a falta dele, eu queria colocar aqui uma questão que tem a ver com a qualidade dos nossos espaços verdes, e os atentados que têm sido perpetrados contra estes espaços. -----

---Bem sabemos que os cortes de árvores é uma prática corrente deste executivo, tão recorrente que o “corte a torto e a direito” fez desaparecer - por engano, dizem - a Acácia do Jorge, na Casa de Camilo. Pode este município abrir os inquéritos que quiser e bem lhe apetecer, mas a verdade é que a árvore e a sua simbologia já lá não estão. E daqui, lançámos já a pergunta “Para esclarecer o que se passou, que tal perguntar ao senhor da motosserra?” -----

---Talvez seja o mesmo senhor que fez desaparecer a famosa Carvalheira de Joane, no seu início de mandato, Sr. Presidente! -----

---E aqui reside mais um problema, é que por mais árvores que se plantem, até podem ser milhares, não se compensa o que se perde com as más opções e cortes indiscriminados de árvores de grande porte, seja na Av. de França, no Monte de Santa Catarina ou ainda como esta semana, na Rua S. João de Deus, em Antas. Portanto a pergunta:-----

---1. No decorrer do projeto da “nova cidade”, e na preparação da época natalícia, quantas reuniões teve este executivo com a ACIF e com os comerciantes locais?-----

---2. Quase chegados ao fim do primeiro mandato do Senhor Presidente, consegue dizer-nos quantas árvores já foram abatidas? Quantas foram restituídas? E quantas resistiram de todas as que já foram plantadas? -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente, noto com agrado que deste vez deixou três minutos e quarenta e seis segundos para poder responder às perguntas. Solicito que o faça de forma sábia e que possa esclarecer devidamente. -----

---Eu da minha parte só lhe vou pôr uma pequena pergunta que tem a ver com a questão dos parques de painéis fotovoltaicos. Em 16 de dezembro de 2022, nesta Assembleia, questioneei vossa excelência relativamente à legalização da instalação de um parque de painéis fotovoltaicos neste concelho. E perguntei-lhe na altura a vossa excelência se estava previsto ser instalado mais algum. Vossa excelência disse – isso está transcrito, está nas atas e está gravado – que Famalicão tinha atingido o seu limite. -----

---Ora, fomos confrontados agora com um novo projeto de um parque de painéis fotovoltaicos, e nesse sentido gostaria de saber, e acho que todos os famalicenses merecem ser esclarecidos, se realmente é verdade? Se a Câmara vai permitir a instalação do relativo parque? E porquê? Para no fundo ficarmos a perceber qual é a durabilidade da sua palavra. Porque há cerca de dois anos disse uma coisa e pelos vistos, é do conhecimento público, que poderá ser posta em causa. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** – Eu posso começar já por esta última. -----

---A Câmara Municipal não proferiu nenhum despacho positivo para que outros parques fotovoltaicos, para injeção na rede pública fossem desenvolvidos em Famalicão. Portanto, esta é a gestão da arte no que concerne esta matéria até ao momento. -----

---Como sabem, eu já disse isto várias vezes, os parques fotovoltaicos para injeção na rede, que é o que estamos a falar, porque depois temos outra tipologia que são as unidades

de produção para autoconsumo, que é coisa diferente, que estão regulados pela lei, salvo o erro, 72/2022, que protege claramente a instalação destes parques no território. -----

---O parque a que porventura se refere, que é um parque de 30 hectares, tem os pareceres positivos de todas as entidades externas, menos da Câmara Municipal, inclusive esse *player* já pagou as taxas à Câmara Municipal, e a Câmara Municipal devolveu as respetivas taxas (já o fez duas vezes). E porventura, vai socorrer-se do tribunal porque diz que tem todo o direito, está protegido pela lei, tendo parecer das entidades externas. ----

---Para resumir, da parte da Câmara Municipal não tem o deferimento, se depois os tribunais vão ajuizar de maneira diferente, aí é o estado democrático a funcionar. -----

---No que concerne a outras questões, que são várias, posso falar da Acácia do Jorge. A Acácia do Jorge, como é sabido, existia uma Acácia seca há muito tempo junto às escadas de acesso à Casa Museu Camilo Castelo Branco. Tínhamos uma Acácia substituta em crescimento no logradouro da Casa Camilo Castelo Branco para que fosse plantada junto à Acácia do Jorge, assim como ela é conhecida, que já não era o original, mas era uma outra que tinha sido plantada algumas dezenas de anos atrás. -----

---O que nós estávamos a fazer, e era a cultura que estava a fazer, porque sob o ponto de vista ambiental era uma árvore seca, era contratualizar escultores por forma a que nos dissessem o que fazer com aquela Acácia (se ela permanecia, se era para remover, se era para fazer uma obra de arte com aquela Acácia). E, portanto, a precipitação que houve, por parte de um determinado serviço, foi de que considerou a Acácia seca e, portanto, interpretou aquela Acácia como uma árvore que devia ser removida porque estava seca, tal como sucede noutro lugar qualquer. Não tinha autorização para isso. E, portanto, o que está a decorrer é um inquérito para que se perceba (estamos num estado democrático) o que realmente se sucedeu porque não havia autorização superior para o corte da Acácia. Claro está que temos a madeira. Uma escultura há de sempre aparecer, como é óbvio,

estamos a tratar disso, mas aqui o ponto era para cortar ou não era para cortar aquela Acácia. Estávamos à espera que esta dimensão mais cultural por via de escultores nos dissesse o que fazer. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Bom. Trazia aqui uma pergunta para colocar ao Senhor Presidente, mas o Senhor Presidente respondeu tão exaustivamente aos Senhores Deputados que me antecederam que acabou por não ter tempo para nos responder. Mas, mesmo assim, deixámos-lhe aqui esta questão para quando entender em tempo oportuno responder ao Partido Socialista e sobretudo aos famalicenses. -----

---Senhor Presidente, neste momento, nesta quadra festiva, todos os municípios em nosso redor, nos concelhos limítrofes, foram brindando os seus cidadãos com uma programação cultural, festiva no momento da passagem de ano, com a celebração da passagem do ano velho para o ano novo, com a realização de momentos recreativos, culturais, com a colocação de artistas musicais, entre outras formas de celebrar este momento. -----

---De facto, em Famalicão, não verificamos qualquer iniciativa desta. Verificamos sim, uma entidade privada que organizou um evento e que contou com o apoio da Câmara que associou nesta matéria. E a questão que nós colocamos, Senhor Presidente, atendendo que isto é uma prática costumeira em todos os municípios em redor de Famalicão, à exceção do nosso município, o porquê de Vila Nova de Famalicão, que se diz tão pioneiro em tanta coisa, não consegue aqui assumir na vanguarda da celebração deste momento, oferecendo aos seus cidadãos um momento festivo, integrativo de todos os cidadãos.---

---E a questão que lhe colocamos, Senhor Presidente, é: Não há condições para este município celebrar esta quadra festiva? Não há verbas? Ou não há vontade política suficiente a que nos tenhamos que associar entidades privadas?-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Isto entre Acácias e fotovoltaicos, e as minhas perguntas foram ao ar!-----

---Senhor Presidente, deixe-me repetir-lhe, eu nem sou muito futeboleiro, apesar de gostar muito de futebol, nem sou muito futeboleiro, mas devo lembrar-lhe que há uma série de futeboleiros eleitores. Muitos eleitores! Muitos eleitores que querem saber essas respostas relativamente ao nosso estádio. Que tipo de negociações é que estão em curso, até porque o nosso estádio é talvez dos piores da 1ª Divisão, como sabe. Agora fala-se tanto em investimentos: é a piscina, a nova pista de atletismo, etc. etc., e as pessoas perguntam e repito: “eleitores futeboleiros, e são muitos, querem saber o que é que se passa”.-----

---Ainda relativamente aos erros que se cometeram na empreitada inicial no centro da cidade, há muita gente que também gostaria de apurar responsabilidades do que se passou, e porque é que agora tem que se fazer retificação de obras, com custos adicionais para a Câmara.-----

---E depois, também a questão dos 250 fogos que, como sabe, vou repetir pela enésima vez, há uma crise gravíssima da habitação e há muita gente que nos procura a perguntar informações sobre para quem se destinam as casas, as chamadas “casas a custo controlado”, a quem se destinam, fala-se muito na tal classe média, ninguém sabe bem o que é a classe média. E, portanto, uma série de questões que nós gostaríamos definitivamente de ver respondidas de uma forma muito clara e muito objetiva. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Excelentíssimo Senhor Presidente, nós pedido aqui, o PS tem pedido sucessivas vezes que não repita aquilo que está escrito! Vossa excelência gastou mais de sete minutos a dizer aos deputados aquilo que já estava dito por escrito, para depois se furtar ao verdadeiro confronto e às perguntas que aqui lhe são formuladas. Mas eu vou fazê-las na mesma ainda que perceba que não me consegue responder porque gastou deliberadamente o tempo.-----

---Primeira pergunta: O que é que se passou em Fradelos? Vossa excelência em Lousado perseguiu com multas pesadíssimas e até uma ordem de demolição de 80 mil euros um coberto que um homem tinha feito para guardar uns cães e lenha. -----

---Vossa excelência perseguiu em Fradelos um homem que tinha uma churrasqueira de 1 metro por 1 metro numa casa que comprou a uma empresa do antigo Presidente Armindo Costa, também com ameaças de multas. E a seguir, deixa-se fotografar e financia uma obra numa área protegida nas pateiras em reserva agrícola nacional sem qualquer parecer. Que exemplo é este?! Como é que vossa excelência pactua com uma situação destas? Quando persegue os cidadãos... eu falo aos famalicenses aqui presentes e aos de lá de casa, se fizerem uma obrita que seja para guardar um cão, para uma lenha, para isto, para aquilo, a Câmara pimba em cima, multas, logo ameaças de trinta por uma linha. E a seguir, a própria Câmara dá este infeliz exemplo.-----

---Gostava de ouvir da sua parte explicações: Como é que se associou a uma coisa destas?

---Saneamento, Senhor Presidente. -----

---Houve um episódio triste nas festas da cidade, com um derrame de saneamento a céu aberto no momento épico de celebração. E o que é que está a ser feito para combater as várias situações, é que se fosse só uma, não falava sobre isto. As várias situações espalhadas por vários locais do concelho, com os esgotos a céu aberto quando todos os cidadãos ao fim do mês pagam devidamente o custo do saneamento. Como é possível isto? Quanto tempo vamos adiar mais a resolução destes problemas? -----

---Do saneamento passo para as fugas de água.-----

---Famalicão ficou tristemente célebre no relatório da RASARP por um brutal desperdício de água. Já sabemos que as redes vêm do tempo do PS e do Agostinho Fernandes. Quando é que vossa excelência toma de frente um investimento sério que é preciso fazer nesta

Assembleia Municipal



área de renovação de parte da rede que está gasta? Não adianta! Nada dura para sempre e, portanto, está gasta. -----

---Queria ainda aferir o seguinte, as realidades dos concelhos limítrofes já fizeram Assembleias ordinárias há muito tempo (aqui os municípios limítrofes). Esta Câmara... nós saímos da Assembleia Municipal amanhã à tarde para irmos comprar o bacalhau e as prendinhas de Natal, porque não teve tempo de programar, de planear, de fazer presente a esta Assembleia, os documentos que agora estamos aqui a aprovar em vésperas de Natal. Tanta gente ao seu serviço! Um Gabinete de Apoio ao Presidente pago a peso de ouro! Tanto avançado que custam milhões a este município, e precisamos de aprovar o Orçamento e as Opções do Plano nas vésperas do Natal. -----

---Vossa excelência não acha que, de facto, o planeamento da Câmara deixa mesmo muito a desejar? -----

---Um outro assunto. Agora que a Câmara, fruto do empenho e do dinamismo dos famalicenses (dos impostos dos famalicenses), tem um orçamento euro bilionário em prémio máximo, porque é que esta Assembleia, e aqui dirijo-me também ao Senhor Presidente, porque é que esta Assembleia paga apenas de seis em seis meses as senhas? E às vezes ao sétimo mês e ao oitavo mês. A Câmara está sem dinheiro? O que é que justifica que as pessoas só tenham de receber de seis em seis meses? Porque é que de dois em dois meses, como muitos concelhos limítrofes, não são liquidadas as senhas de presença na Assembleia Municipal? Haverá algum motivo? Até porque depois as pessoas quando veem o pagamento já não se lembram de quantas Assembleias tiveram de forma a fazerem esse controle. Se isto tivesse um racional por trás, se isto tivesse um justificativo... -----

---Por último aspeto, Senhor Presidente, aprovamos aqui atas também... o CHEGA há bocado apresentou e bem um reparo a vossa excelência relativamente às condições desta

sala, ao calor, à falta de espaço, à falta de instalações condignas para um funcionamento com o órgão desta importância. Nós, infelizmente, estamos a aprovar atas (aprovamos hoje, no fim deste ano), atas ainda do ano passado. Não haverá softwares? A Câmara não terá dinheiro para investir na Mesa da Assembleia Municipal? Quer dizer, só com duas funcionárias a fazer horas e horas e horas... eu aqui dou-vos um louvor público. Vocês aqui devem trabalhar dia e noite. Porque não haverá um software hoje de edição de texto que permita aliviar e ter de forma mais céleres estas atas?-----

---Acham que a democracia não é uma palavra “dá”. É preciso agir, atuar, planear, andar para a frente, e vossa excelência está adormecido como se estivéssemos há muitos e muitos anos atrás. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Uma vez que fez a pergunta também a mim, vou tomar a liberdade de lhe responder relativamente a estes dois pontos, nomeadamente das senhas e das atas.--

---Relativamente às senhas, aquilo que eu posso dizer ao Senhor Deputado, é que já foi dada a indicação aos serviços da Assembleia Municipal para, ao fazer o pagamento das senhas, possam enviar para cada um dos Senhores Deputados o mapa de presenças para que cada um dos Senhores Deputados saiba aquilo que está a receber e, para que não restem dúvidas, já podiam fazer esse pedido aos serviços da Assembleia Municipal, mas assim a Mesa da Assembleia fá-lo-á voluntariamente, e todos os Senhores Deputados saberão de que é que estão a receber. -----

---Relativamente às atas, vossa excelência tem razão, estamos aqui aprovar atas do início do ano, ainda. Sucede que, ao contrário do que acontece noutras Assembleias Municipais, aqui há uma transcrição na íntegra das atas, como sabe, e, portanto, o louvor que vossa excelência faz às funcionárias da Assembleia Municipal é merecido, porque de facto é um trabalho exaustivo e, por isso mesmo, posso-lhe também dizer que já estamos em

Assembleia Municipal



negociação para tratar de arranjar um mecanismo eletrónico, um software que possa ajudar na transcrição das atas, para que seja praticamente imediata ou que possa ser de acordo com o Regimento aprovada na sessão seguinte. Estamos a tentar resolver esse problema.-----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Senhor Presidente de Câmara, efetivamente o Senhor Deputado Jorge Costa vem sempre com a mesma questão porque ele de facto, e hoje foi por demais evidente, não quer que o Senhor Presidente lhe responda, porque se ele quisesse apresentava as questões. E, depois, vem para aqui dizer, como se fosse... porque a Assembleia é amanhã e não foi a semana passada. Ó Senhor Deputado, os Deputados desta Assembleia são eleitos à Assembleia da CIM do Ave, e na semana passada o Partido Socialista de Famalicão não se fez representar na Assembleia da CIM do Ave! Sabia disso? -----

---O que é que adianta vir dizer que na véspera de Natal não pode estar presente quando as Assembleias de há uma semana atrás não tinha lá um Deputado do Partido Socialista de Vila Nova de Famalicão. Se eu estiver enganado, os Senhores Deputados façam o favor de me dizer. Portanto, o Senhor Deputado vem aqui de facto dizer uma série de coisas porque quando o Senhor vem cá dizer sabe que nenhum... não quer de todo que o Senhor Presidente responda. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Eu faço um desafio aos partidos políticos com representação nesta Assembleia Municipal para que se altere o Regimento, para que o Senhor Presidente de Câmara tenha o dobro do tempo dos partidos aqui representados nesta Assembleia. Eu estou a falar pelo partido que tem, como o CHEGA, para já só tem um Deputado nesta Assembleia Municipal, e a CDU, e têm tanto tempo como o Senhor Presidente de Câmara. Faço um apelo para que seja alterado. Se o Senhor Presidente de Câmara quiser usar o dobro do tempo, usa, se não quiser, usa o tempo que quiser e assim

já não é acusado de não responder aos Senhores Deputados porque o Senhor Deputado Jorge Costa, neste *show off* aqui neste púlpito, não lhe interessa que o Senhor Presidente de Câmara fale ali para o micro para os famalicenses. Não interessa! O Partido Socialista não quer que os famalicenses, quem está lá fora e quem está aqui dentro (não vem cá tantas vezes principalmente o público) não interessa o que o Senhor Presidente de Câmara faz no concelho de Famalicão. E como não interessa, quer limitar o Senhor Presidente de Câmara aqui a cortar o tempo e inventar aqui umas histórias.-----

---Senhor Presidente de Câmara, eu acho que faz bem responder porque responde de três em três meses, neste caso, nas Assembleias, para os famalicenses lá fora ouvirem e para quem está aqui a ouvir o que é que o Senhor faz neste concelho de Vila Nova de Famalicão. Não esteja limitado ao Partido Socialista ou a qualquer partido nesta Assembleia Municipal. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – O CDS fica-lhe qualquer figura, e esquece que as perguntas que eu hoje fiz àquele Senhor, Senhor Presidente da Câmara, já fiz e já faço há anos! Há anos! E ele nunca responde! Os famalicenses que assistem a estas Assembleias sabem que é verdade aquilo que eu estou a dizer. Pergunto-lhe uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, nunca respondeu. O que é que impede o Senhor Presidente na próxima Assembleia Ordinária me responder para eu acabar com estas perguntas?-----

---Senhor Deputado, Ricardo Costa, tenha mais decoro e respeito pelos seus concidadãos que integram a CIM, porque o Senhor não sabe e fica a saber que quem não pode ir justificou devidamente a sua não comparência. -----

---**TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DECLARAR COMO DEVOLUTOS OS PRÉDIOS IDENTIFICADOS NA LISTA CONSTANTE NA PROPOSTA, E CONSEQUENTEMENTE O AGRAVAMENTO PARA O TRIPLO DA TAXA DE IMI,**

Assembleia Municipal



NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº 3 DO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** –

Trata-se de uma proposta habitual já desde há muitos anos e como se mantém válidos os argumentos utilizados nas Assembleias que aprovam esta proposta, penso que estou dispensado de voltar a repetir-me aquilo que tenho dito noutras circunstâncias acerca desta mesma matéria.-----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - IMI degradado para imóveis devolutos ou em ruínas. Senhor Presidente, nós concordamos com esta medida, mas consideramos que ela deve ser aplicada com razoabilidade. -----

---O número de autarquias que indicou a Autoridade Tributária que quer aplicar a taxa agravada de IMI para prédios devolutos e em ruínas ascende a 64, portanto, a 64 autarquias, segundo fonte oficial do Ministério das Finanças. Em causa está a aplicação de um agravamento das taxas do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), previsto na lei, com reflexo no imposto do ano subsequente. 64 autarquias identificaram 5.729 imóveis devolutos e outros 7.047 devolutos localizados em zona de pressão urbanística.

---As taxas do IMI são anualmente fixadas pelas autarquias num intervalo que, no caso dos prédios urbanos (edificados e terrenos para construção), está balizado entre 0,3% e 0,45%, mas a lei prevê agravamentos, que são diferentes, para aquelas duas situações.

---Até aqui tudo bem, o CHEGA concorda genericamente com esta medida, mas deteta muita prepotência por parte do estado central quer das autarquias. -----

---Das contestações ou exposições (10 ao que parece) só duas é que não tiveram agravamento. -----

---Já o dissemos em ocasiões anteriores, as razões que frequentemente dão origem a estas situações de edifício devolutos ou em ruínas: A questão das heranças indivisas, que muitas vezes leva ao abandono dos imóveis. A propósito deste tema, o PSD, agora no governo, apresentou um projeto de lei, que concordamos, que permite a venda de um imóvel mesmo que nem todos os herdeiros estejam de acordo, ao contrário do que acontece atualmente, em que é preciso haver unanimidade. Também outra razão conhecida, é o facto de os herdeiros não terem capacidade financeira de recuperar a casa e não terem sequer acesso ao crédito bancário. -----

---Afinal, o que é uma casa devoluta? E vazia?-----

---Segundo a Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019), a habitação que se encontre injustificada e continuamente, durante o prazo definido na lei, sem uso habitacional efetivo, por motivo imputável ao proprietário, é considerada devoluta. Mas há abusos, e há interpretações desta lei para além do próprio espírito da lei. Por exemplo, dizia a antiga Ministra da Habitação” “Uma casa vazia é uma casa devoluta”, ou seja, uma intromissão inaceitável no direito de propriedade, naquilo que é meu e que o estado se quer impor. -

---Também juristas contactados (juristas de renome nacional) consideram, por outro lado, que a “posse administrativa” do Estado de imóveis privados é uma “restrição ao direito de propriedade” e “claramente inconstitucional”. -----

---Em conclusão, há que ter sensibilidade, sentido de responsabilidade relativamente à aplicação desta medida para não termos futuras situações de litígio que poderão ter um efeito contrário ao que se pretende.-----

---Nós vamos votar favoravelmente esta proposta, mas estaremos atentos a eventuais abusos que possam suceder e estamos convictos que vão suceder. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Meus Senhores, o CHEGA é isto. Fala bem, mas depois faz “Avé”. Está conivente. O PS não está conivente nem vai estar com esta proposta. Não vai

Assembleia Municipal



estar. De facto, as dúvidas que os nossos ilustre Vereadores tiveram na Câmara Municipal, nós partilhamos aqui das mesmas, porque este regime leva a aplicações preocupantes e a penalizações de pessoas que culpa alguma podem ter nos processos. --

---Eu sou, sabem, um causídico há 30 anos, e queria partilhar convosco que tive umas partilhas que por dificuldades jurídicas associadas duraram vinte e um anos em Tribunal. Vinte e um anos! O assunto teve que suspender o inventário, após alguns anos de tramitação, voltar à primeira instância, Relação supremo Tribunal de Justiça, as pessoas ali todas à espera de uma solução. Os herdeiros todos à espera de uma solução e, infelizmente, ela só foi dirimida vinte e um anos à frente.-----

---Agora, um herdeiro que está nestas circunstâncias que não logra entendimento porque como aqui disse, e aí sim, vem o João... só esteve mal quando disse que votava a favor. E se as pessoas não tiverem dinheiro para recuperar o imóvel? E se as pessoas não se entenderem quanto ao destino a dar ao imóvel? Deverá ser a Câmara a forçar um entendimento a qualquer custo? Porquê? Porque por exemplo um dos critérios da casa devoluta é a falta de contador de água. Então naquele caso que eu tive em Tribunal, vinte e um anos que os indivíduos... eles ainda iam pagar a taxa durante vinte e um anos todos os meses de água?! Se eles não se entendiam quanto ao destino a dar aos imóveis? Portanto, há muito aqui que repensar tudo isto. -----

---Este caso que vos falo é verídico. Foi um processo que me entregou o falecido e saudoso Montalvão Machado, era um homem do PSD, que já com oitenta e tal anos me entregou o processo no escritório e disse: Ó Dr., fica você agora com ele que eu em vida já não vou conseguir resolver estes problemas destas pessoas. -----

---Isto são realidades que a própria Câmara escamoteia e devia mudar em todo este processado para procurar situações mais justas e mais equitativas. Só mesmo o desleixo

óbvio e evidente, o abandono total dos imóveis justificaria este agravamento a nosso entender. -----

---Esqueci-me apenas de dizer que, em razão disso, nos vamos abster.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Bom. Os objetivos propostos que estão presentes nesta proposta são aqueles que resultam da criação da própria área de reabilitação urbana (ARU). Quando aqui nesta casa aprovamos a ARU de Vila Nova de Famalicão, criamos dois regimes em matéria fiscal: um de incentivo à própria reabilitação urbana e outro, também de natureza fiscal, de penalização quando essa reabilitação urbana não ocorre quando há imóveis devolutos, nos termos previstos na lei, quando estão desocupados ou em perigo de ruína, quando ofendem a estética urbana, quando pondo em causa a segurança de cidadãos. E, portanto, este duplo regime existe exatamente porque existe a ARU. E na altura todos concordaram. E na altura todos concordaram que faz sentido as ARU's e que faz sentido existir os dois regimes: o de favorecimento, com a licencição de recuperação e de reabilitação urbana e um regime de penalização quando ela não ocorre e fica dentro destes programas.-----

---A segunda questão é: bom, há aqui dissensões interpretativas. Basta existir uma lei para haver dissensões interpretativas, meus caros. Basta haver uma lei que seja para haver automaticamente divergências quanto à sua interpretação. Mas uma coisa é certa, as isenções a este regime, ou seja, as circunstâncias que evitam esta penalização estão claras do ponto de vista da sua identificação no artigo 3º do Decreto-Lei que rege esta matéria.

---E a proposta que aqui nos traz tem o cuidado de a descrever na íntegra essas circunstâncias. Ainda aqui foi falado as questões judiciais, pois com certeza, por disputa judicial quanto à sua posse é uma das situações excepcionais quanto à penalização. -----

---E eu trago o artigo 3º, naturalmente, não para identificar quais são as situações de isenção, que os Senhores Deputados têm o documento à vossa frente e também o podem

ler como eu o li e seguramente até já o leram, o que eu queria aqui chamar a atenção é que de facto há harmonia na decisão por parte da Câmara Municipal. Se me dissessem assim: “Para o mesmo contexto, para as mesmas circunstâncias, para a mesma factualidade, a Câmara Municipal usou critérios diferentes”. Nós diríamos: “Não pode ser”. E nós não poderíamos estar de acordo. Mas não, essa acusação não foi feita. Essa acusação não foi feita. O que significa que de facto houve um critério e há harmonia nas decisões. -----

---Já agora, quanto ao número: se são muitas, se são poucas as reclamações exercidas em termos de audiência prévia a quem a Câmara deu provimento. Diríamos: “Bom, só foram duas.” Se fossem vinte se calhar diziam o contrário. Diziam: “Ah, vejam lá! Mais de vinte a quem a Câmara deu provimento. Significa que de facto, todos esses processos de penalização não faziam nenhum sentido.-----

---A Câmara Municipal anda a chatear as pessoas, a incomodar os proprietários para depois se aperceber que afinal a esmagadora deles, da maioria desses casos, até tiveram provimento quanto às alegações que apresentaram. -----

---Nós não podemos aferir da bondade de uma proposta, se foram muitos ou poucos aqueles a quem a Câmara Municipal deu deferimento. O que é importante é saber se o deu com sentido de justiça e se houve equidade e se houve equilíbrio e se houve harmonia em todas essas decisões. E, até agora, não vi ninguém que tivesse invocado qualquer desigualdade de tratamento. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - A questão não está na igualdade ou na desigualdade, mas nas dúvidas que suscita a aplicação deste regime, por um lado, e por outro lado, também no facto de muitas destas situações não corresponderem na realidade a inércia ou a indiferença dos proprietários. Basta que analisem a proposta e percebam o que vários apresentaram contestações, justificações (apresentaram vários deles), um deles inclusive

disse: “Eu já estou à espera da legalização das obras.”, e mesmo assim continua penalizado. Portanto, isto no fundo é um desincentivo, estou a referir-me ao processo nº 66. A Câmara diz assim: Bom, este indivíduo desde 2019 tem o triplo, só agora é que veio pedir para avançar com obras? Se calhar só agora resolveram o processo em Tribunal. E, portanto, e mesmo assim apesar de ter pedido continua a ser penalizado.-----

---Mantemos todas as dúvidas. Queremos lá saber se um projeto errado que penaliza os cidadãos é igual para todos. É igual para todos, mas é errado. Também nos regimes comunistas é tudo igual para todos. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DECLARAR COMO DEVOLUTOS OS PRÉDIOS IDENTIFICADOS NA LISTA CONSTANTE NA PROPOSTA, E CONSEQUENTEMENTE O AGRAVAMENTO PARA O TRIPLO DA TAXA DE IMI, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº 3 DO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS), DO CHEGA (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DA CDU (1 VOTO).-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL, A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A, E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

Assembleia Municipal



---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –

Porventura que todos sabem, conseguimos chegar a acordo e as formalidades estão praticamente cumpridas, para que os cerca de 36km de estradas nacionais, presumo que também sabem quais são (lembro a 309 que é a maior, a 204-4, a 204-5 e a 310 que corresponde as suas extensões em cerca de 36km), passarão para o domínio da Câmara Municipal com todas as vantagens e as virtudes que representa essa mudança do domínio.

---JORGE COSTA (PS) - Ora bem, o PS tal como fez na Câmara Municipal irá votar a favor desta opção. Mas é preciso relativamente aos factos também às vezes fazer história e criticar os ziguezagues desta coligação nesta matéria. -----

---Agostinho Fernandes, há muitos anos atrás, quis e avançou com a assunção de responsabilidades em alguns troços de nacionais antevendo que com a existência da variante e a existência de autoestradas, haveria que equacionar lógicas locais de abordagem de segurança, de tráfego para as populações. -----

---Foi então criticado a seguir (no mandato a seguir), foram revogadas partes das situações, e em razão disso, mais vale tarde do que nunca. Vem agora esta coligação dar razão ao PS. -----

---É claro que uma estrutura nacional pondera o tráfego nas estradas na perspetiva da fluidez. São estradas nacionais, devem estar abertas, devem permitir um trânsito o mais rápido possível. Mas também é claro que parte das nossas nacionais hoje estão ladeadas de urbanizações, apresentam problemas de travessias (é preciso colocar passadeiras, é preciso ponderar passeios, é preciso abrandar a média de tráfego da circulação rodoviária) e isto é tanto mais conseguido quanto for logrado a nível Municipal. -----

---Nesse aspeto, louvamos a atitude da Câmara Municipal de assumir estas competências, e com isto estamos certos que será melhor para Famalicão. Conseguiremos ter estradas mais seguras, mais próximas dos cidadãos. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – De facto, esta intervenção que me antecedeu nada tem a ver com a realidade. Quando aqui foi dito que o Senhor Presidente à data, Agostinho Fernandes, foi um visionário, efetivamente Senhor Deputado, nós somos... e muito recentemente nós temos falado aqui abundantemente, e vamos ter oportunidade de amanhã, creio que já não será hoje, de falar abundantemente sobre as transferências de competências. Só que eu para transferir competências tenho que transferir a respetiva verba, tenho que transferir a respetiva cabimentação, e relativamente a este processo a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, quer este executivo quer anteriores que o antecederam, apoiados pela coligação PSD/CDS, estiveram muitíssimo bem ao reclamar junto do poder central, ao reclamar junto das Infraestruturas de Portugal, sim senhora, nós estamos disponíveis para assumir o compromisso com estas estradas que ficam dentro do território do concelho de Vila Nova de Famalicão, mas é preciso a respetiva compensação financeira. Não era a qualquer preço. Não era a qualquer custo. Não era de qualquer forma. Portanto, aquilo que o executivo fez e fez muito bem, mas não fez mais do que a sua obrigação também, foi defender o superior interesse de todos e de cada um dos famalicenses. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Há dados que não são tão importantes quanto isso, mas por vezes o decurso do debate obriga-nos a recordar determinados factos, como digo não é o mais relevante. -----

---Mas é importante recordar que em 2003, era Secretário de Estado dos Transportes, o Dr. Jorge Costa, não o nosso colega e companheiro da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Costa, do Porto, se a memória não me atraiça, e depois foi mais tarde também Deputado da Assembleia da República. E foi celebrado um acordo exatamente de desclassificação de estradas tendo uma componente financeira que teria que advir da parte do orçamento de estado. -----

---Mas foi exatamente no governo seguinte, do Partido Socialista, que o novo Secretário de Estado revogou esse despacho anterior e pôs em causa a sua legalidade. E foi a partir daí, que o pagamento a que o estado estava adstrito através do Instituto de Estradas de Portugal (que à época julgo que teria outra designação) nunca ocorreu e que levou a Câmara a litigar o pagamento dessa indemnização, em primeiro lugar, obviamente, recusando a transferência de competências, a partir do momento em que os encargos financeiros que lhe estavam associados não estavam a ser pagos, e não estavam a ser pagos porque houve uma revogação do despacho anteriormente concedida e que aprovara o respetivo protocolo. E a partir daqui, é a história que vocês conhecem, até hoje. Até ao dia em que de facto a Câmara revê vencimento nos Tribunais Administrativos com o pagamento de uma indemnização de cerca de 1,9 milhões de euros, se a memória não me traiçoa, e ato contínuo depois do pagamento dessa indemnização, agora a celebração de uma cordo de transferência com uma verba associada de perto de 4 milhões de euros, que é significativamente muito superior, Senhor Deputado Jorge Costa, aquela que a Câmara teria obtido se lá atrás (há 3, 4 anos atrás) tivesse aceite a transferência de competências neste mesmo domínio. Estamos a falar sensivelmente mais 1 milhão de euros.-----

---Mas também há 3, 4 anos atrás, não era possível aceitar a transferência de competências exatamente porque estava pendente um litígio judicial. Ou seja, havia uma indemnização que a Câmara reclamava e que o Tribunal havia de conceder essa mesma indemnização. E, portanto, julgo que, como eu digo, o mais importante não é esta história, mas há que, enfim, para termos também uma contextualização deste debate, parece-me muito importante. -----

---O mais importante do que tudo isto que eu acabo de referir é evidentemente a circunstância dessas estradas passarem para a Câmara Municipal, e por via disso, e da proximidade e da sua capacidade podermos reabilitá-los e conferir-lhes, não só condições

de mobilidade para os carros, mas também de segurança para os peões que, eu julgo, que é o que nos une a todos em torno desta proposta. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – É evidente que não vamos colocar a génese do que se passou em 2003, porque o PS aceitou estas competências de forma visionária muito antes de 2003. Em 2003, já o Governo deste município era desta coligação. E eu lembro-me das críticas que vossa excelência e outros pares aqui formularam na altura, a Câmara governada pelo PS, por termos assumido, por contrapartidas é certo, parte da 309. Parte da 309! E, portanto, tudo está bem quando acaba bem, e quando vossas excelências reconhecem o erro. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA MINUTA DO ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL, A CELEBRAR ENTRE A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A, E O MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.** -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2024, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2025: -----

---**CINCO PONTO UM** - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A TAXA DE 0,335% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA; -----

---**CINCO PONTO DOIS** - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO;-----

--- **CINCO PONTO TRÊS** - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO;-----

---**CINCO PONTO QUATRO** - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO.-----

TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Se ninguém se opuser, aglutinação dos pontos 5 6 7 e 8. Faz-se a

discussão, então, se ninguém votar contra, se ninguém se opuser, faz-se a discussão em conjunto e a votação em separado. -----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DAS ALÍNEAS C) E D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA APROVAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO DE: -----

--- **SEIS PONTO UM** - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2024;

--- **SEIS PONTO DOIS** - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO;-----

---**SEIS PONTO TRÊS** - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2024, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.-----

TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2025, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO

N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2025, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** – Relativamente a todos estes pontos que estão agora em discussão, quero aqui fazer referência/enfatizar obviamente aquele que normalmente merece mais discussão, que se trata do Imposto Municipal sobre Imóveis (o IMI, como ele é conhecido).-----

---Como é sabido, no início deste mandato, o IMI apresentava uma taxa de 0,35, que já era uma taxa substancialmente baixa. Lembro que ela poderia ir no seu limite superior até 0,45% e o seu nivelamento inferior 0,3%, portanto, ela está numa linha de tendência claramente, e isto já em 2021, 0,35%, portanto, aproximar-se do seu limite inferior. -----

---Em 2022, houve uma decisão para a descida para 0,34%, com efeitos a partir de 2023. Portanto, os famalicenses já beneficiaram desta descida em 2023 e 2024, claro está, estes dois últimos anos. -----

---No atual ano, 2024, tomamos a decisão para descer um pouco mais para 0,335% e, portanto, terá o seu efeito em 2025. -----

---Estas descidas no atual mandato representam um decréscimo da arrecadação da receita por via do IMI em cerca de 1,6 milhões de euros e obviamente que dinheiro este que ficou no bolso dos nossos concidadãos famalicenses, para que com ele possam gerir melhor o seu orçamento familiar. -----

---A somar a esta descida e a esta poupança, temos que acrescentar obviamente o IMI familiar. Como aqui foi referido, houve uma atualização por parte do Governo no que respeita ao IMI familiar, que passou para um descendente 30€, dois 70€ e três ou mais 140€. Isto teve efeito já em 2024, no ano corrente, e obviamente que nós também aprovamos para que tenha efeito nos anos seguintes, nomeadamente daquele que estamos a falar, que é o ano 2025, e para estes dois anos o IMI familiar representa mais 1 milhão de euros. E, portanto, estamos a falar só por via do IMI uma poupança por parte dos famalicenses de cerca de 2,6 milhões de euros que obviamente são subtraídos ao orçamento municipal.-----

---No que respeita aos restantes impostos nomeadamente da derrama, mantemos 1,2%. Lembro que mantemos também a isenção dos 250 mil euros, portanto, as pequenas empresas praticamente todas se não todas ou pagam muito pouco ou não pagam nada no que respeita à derrama. -----

---E no que respeita ao IRS, mantivemos a taxa dos 4,5%, até como sabem quem recebe menos (nomeadamente salário mínimos e um pouco mais) ou não pagam nada em termos de IRS ou pagam pouco. E, portanto, o IRS só beneficiava quem tinha mais rendimentos e, por isso, achamos que o IMI é socialmente mais justo.-----

---Obviamente, como disse a Senhora Presidente da Associação Nacional de Municípios, a Senhora Dra. Luísa Salgueiro, temos que resistir à tentação.-----

---Nós sabemos que os orçamentos deste ou para o ano, para o próximo 2025, são na sua globalidade mais elevados, e pode haver aqui uma tentação de fazer corresponder uma descida de impostos ao aumento do orçamento. E isto é completamente errado, e eu partilho da opinião dela. Porque nós sabemos que há aqui uma conjuntura favorável no que concerne aos fundos comunitários que, como vamos ver à frente, Famalicão

Assembleia Municipal



aproveitou muito bem, mas sabemos que também no futuro próximo vai deixar de haver estes fundos comunitários, nomeadamente o PRR. -----

---E nós sabemos também que com o PRR nós estamos a traduzir esta capacidade de atração de investimento ou de captação de investimento em novos equipamentos públicos, e esses equipamentos públicos vão exigir mais, não despesa corrente, mas mais investimento corrente. E, portanto, as Câmaras têm que estar preparadas para que tenham essa capacidade para absorver, no âmbito do seu orçamento, esta despesa corrente acrescida que vai surgir no futuro. E, por isso, achamos muito equilibrado.-----

---Temos capacidade para descer impostos como fizemos, como fizemos, estamos a ver é que podemos somar obviamente a questão das tarifas da água que também não vão continuar a aumentar. E aqui só no dossier ambiental estamos a falar de um défice de 3 milhões de euros a que se somam os 2,6, e, portanto, já estamos a falar aqui em 5,6 milhões de euros que os nossos concidadãos famalicenses não despendem para pagar à Câmara Municipal. E até poderia colocar aqui, para aqueles que usam o transporte público, que felizmente são cada vez mais, que também não vão ter as suas tarifas agravadas, portanto, também vamos manter o preço da bilhética em geral sem qualquer aumento.-----

---E, por isso, temos aqui esta capacidade no presente para descer impostos, mas sempre a pensar no futuro, porque obviamente o futuro também temos que ter a capacidade para continuar a fazer evoluir Famalicão e, com isso, aumentar a condição de vida dos nossos concidadãos famalicenses.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – No decurso da Lei, voltamos mais uma vez a analisar nesta Assembleia aquela que é a política fiscal desta maioria e as suas opções. -----

---Este assunto tem ganho ainda mais relevância pelo facto de nos últimos anos, alguns deputados da maioria terem tentado demonstrar incoerência por parte de alguns deputados

do PS nesta Assembleia, com especial relevância para a minha pessoa, modéstia à parte, pelo facto de ter vindo a defender opções distintas para o concelho no que concerne à política fiscal, quando dizem eles o PS a nível nacional, quando estava no governo - vamos a ver o que é que este governo vai fazer - ter aumentado a carga fiscal. -----

---Já tivemos em Assembleias passadas oportunidade de esclarecer que em 2023 o que aumentou foi a receita fiscal e não a carga fiscal, mas, e antes que me apontem o dedo, posso referir que em alguns aspetos, não estive de acordo com algumas das opções que o Partido Socialista teve a nível nacional e tomou nessa matéria porque entendo que devemos manter uma coerência com as nossas ideias, independentemente de qual é o partido que aplica essas medidas, e cada um do ponto de vista individual, deve defender e apontar o dedo nos sítios onde cada um tem a palavra. -----

---Não podemos, não devemos achar que uma medida é boa se fomentada pelo nosso partido e má se fomentada por outro partido. -----

---Não podemos, nem devemos criticar as opções a nível nacional e quando confrontados com uma situação ainda mais grave no nosso concelho, na nossa Assembleia, aplaudir essas mesmas opções.-----

---Pelo menos não deveria ser assim.-----

---Fomos eleitos como membros desta Assembleia e temos no mínimo, no exercício da nossa atividade de defender o que realmente pensamos e não podemos apontar o dedo aos outros e depois quando temos o direito a nos expressarmos, vamos votar de acordo com aquilo que criticamos os outros.-----

---E a verdade é que a tão apregoada estabilidade fiscal desta Câmara não tem tido outro resultado que não seja, a constante subida de receita fiscal e quem tiver o mínimo de coerência, quando criticava o governo do PS, tem de no mínimo criticar esta política fiscal deste executivo. É o mínimo que se exige. -----

Assembleia Municipal



---Como já referi no passado, a tão apregoada estabilidade fiscal, não passa de uma ilusão. Ilusão porque os famalicenseis ano após ano, mais contribuem, visto que a receita não para de crescer. -----

---Voltando a parafrasear Kennedy -já o fiz e volto a fazer porque continua ainda mais atual-, que dizia: “Não perguntes aquilo que o teu país pode fazer por ti; pergunta o que tu podes fazer pelo teu país”. Senhor Presidente, não deve perguntar o que os outros podem fazer pelos famalicenseis, mas deve isso sim perguntar o que pode fazer pelos famalicenseis. -----

---Não podemos exigir que os outros façam por nós, aquilo que temos nós a obrigação de o fazer. -----

---Mas como diz o povo, “tantas vezes vai o cântaro à fonte...” e o PS ao longo destes anos não se tem fartado de explicar, não só com palavras, mas também com números que é possível e desejável ir mais além. Em alguns aspetos, verdade seja dita, a Câmara começa a ouvir o PS, fosse a audição mais completa e os famalicenseis estariam mais confortáveis, sem por em causa a gestão e orçamento desta Câmara.-----

---Relativamente ao IMI, para 2025, existe uma redução de 0,05% na taxa do mesmo, e não o meio ponto percentual que o Senhor Presidente comunicou, sendo que a taxa passa de 0,4% para 0,35%.-----

---Em primeiro há que salientar que uma descida é uma descida e como tal, o caminho é positivo. As isenções também se mantêm, outra conquista após muitos anos de luta do PS, para que um filho fosse considerado como tal. -----

---No entanto, e apesar desta redução, a receita prevista aumenta. De salientar que a taxa a aplicar será cerca de 12% superior ao valor mínimo previsto por lei. Em 2024, 193 dos 303 municípios portugueses decidiram aplicar a taxa mínima, como foi o caso de Santo Tirso, por exemplo aqui ao lado. -----

---Mas como já referimos várias vezes, e demostramos por números, é possível ir mais longe, é possível reduzir o esforço dos famalicenses, sem pôr minimamente em causa a estabilidade financeira desta Câmara. Já o demonstramos com números, só falta vontade, que pelos visto não existe. -----

---Convém recordar que de acordo com o anuário dos municípios portugueses, em Famalicão o IMI representava 40% da receita fiscal (a média nos municípios grandes em Portugal era de 34,5%). Como tal, certamente, era possível e desejável ir mais além. ---

---Passando agora à derrama, esta tem previsto um aumento de mais 800.000€, para os cerca de 8,2M€ (+10%), bem acima do PIB estimado para 2025, o que certamente levanta muitas dúvidas a qualquer um. -----

---E isto num imposto que esta maioria já chegou a referir que queria extinguir, mas que ao contrário dessa intenção, Famalicão já era o 10º município a nível nacional na cobrança deste imposto. Podíamos por exemplo seguir bons exemplos como em Guimarães em que existe uma isenção parcial ou percentual para empresas que contratam jovens por exemplo, mas não, continuamos com a nossa política isolada. -----

---Passando agora ao IRS, a proposta é manter nos 4,5% a participação do município. --

---O previsto aumento de 14% para os mais de 6,2M€ deste imposto, pessoalmente são algo chocantes e mostra de uma forma clara e inabalável a insensibilidade social desta Câmara. -----

---A tal política, que já referimos, de cobrar um pão e dar uma migalha. -----

---A receita orçamentada deste imposto em Famalicão ao longo dos últimos 3 anos, só para lhe dar o exemplo, foi de 4,7M€ em 2023, 5,4M€ em 2024 e é de 6,2M€ para 2025.

---Também já sabemos que fruto da redução do desemprego e do aumento do salário médio por ação do governo do Partido Socialista nos últimos anos, temos mais pessoas a descontar e salários superiores o que logicamente implica uma receita superior. -----

Assembleia Municipal



---Agora, (isto é uma questão de opções) esta maioria deveria aproveitar esta folga orçamental e em vez de aproveitar o aumento de receita fiscal, mantinha a mesma estável, e com isso não poria em causa o orçamento municipal e daria uma verdadeira folga aos famalicensenses. -----

---Fazendo por exemplo umas contas muito rápidas, se a taxa que o município aplicasse fosse de 4% e não os 4,5% a receita prevista seria 5,5M€ e se numa loucura total, a taxa fosse de 3,5% a receita prevista seria de 4,8M€, valor semelhante ao arrecadado em 2023.

---De referir que em 2024, 40 autarquias abdicaram totalmente desta taxa e 183 de parte ou total, em exemplo, por exemplo aqui em Braga, aqui ao lado, aplicou-se 3%). A verdadeira loucura. -----

---Senhor Presidente, como no passado, posso garantir a todos os famalicensenses, que o Partido Socialista vai continuar a apresentar sucessivas propostas no sentido de atenuar o peso dos impostos municipais. Vamos continuar a lutar, porque a verdade é que esta maioria, apesar de atacar o Partido Socialista, de forma demorada, lá começa a aceitar e implementar as propostas e sugestões do PS.-----

---Cabimento orçamental todos sabemos que existe, haja vontade. -----

---Mas Senhor Presidente, volto-lhe a recordar e lançar o mesmo repto, que já o fiz no passado, que se o seu problema é o Partido Socialista estar sempre a reclamar e vossa excelência não quiser ficar com a imagem de ir a reboque do PS, diga-o e eu pessoalmente deixo de lhe falar neste tema, desde que logicamente aplique as reduções devidas, não por mim, não pelo PS, mas pelos famalicensenses que tanto merecem e necessitam.-----

---Antes de apontar o dedo, Senhor Presidente, aos outros, devemos fazer tudo o que está ao nosso alcance.-----

---Como referi, não deve perguntar o que os outros podem fazer pelos famalicensenses, mas deve isso sim perguntar o que pode fazer pelos mesmos. -----

---Perante tudo o explanado, o PS irá se abster, não podendo votar favoravelmente, porque exige-se mais. Por Famalicão. Pelos famalicensenses -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** – Senhor Presidente da Câmara, ouvi-o com atenção e não acompanho as suas considerações de todo. Mas também ouvir o Partido Socialista falar de abaixamento de impostos, é de bradar aos céus, depois de tudo aquilo que aconteceu nos últimos anos. -----

---E comecemos pelo tecido empresarial famalicense. Afinal, o grande gerador de riqueza é que... Senhor Presidente, o Senhor também tem visitado muitas empresas e nós também. Parece que a si dizem-lhe uma coisa, e a nós dizem outras. O nosso município sem as empresas não é nada.-----

---Como sabe, estamos num período complicado! Várias empresas por esse país fora e no nosso município enfrentam dificuldades decorrentes de uma conjuntura internacional, especialmente empresas ligadas à área têxtil, com conexão com outros ramos, como por exemplo o ramo automóvel e depois nós. Uma das perguntas que fazemos habitualmente é também: Porque é que não concorrem aos fundos do PRR? Porque parece que há 100 milhões para o município de Famalicão. E a resposta é sempre a mesma: Excesso de burocracia, demasiados requisitos, falta de celeridade e simplificação de processos, indefinição quanto à população e gastos que é preciso adiantar e não têm. Portanto, em 2024 as circunstâncias alteraram-se significativamente. -----

---O ano que agora finda, foi de grande exigência para os nossos empresários como sabe, e o concelho de Famalicão, um concelho essencialmente de vocação empresarial, e sem eles, sem os empresários, estaríamos perdidos. O desemprego ainda é... dizem os números que está na média nacional, mas consideramos que isto... perdão, abaixo da média nacional (se bem que consideramos que isto seja um número ainda maquilhado). Somos o terceiro mais exportador, com empresas que são referência nacional e

internacional nos sectores do têxtil, do calçado, da alimentação, obras públicas e produção de pneus. E, portanto, como disse no ano anterior, com a subida de taxa de juros, aumento da inflação, a dificuldades de contratação de recursos humanos e a instabilidade dos preços da energia e das matérias-primas condicionaram a atividade industrial. Para além disso, a disrupção das cadeias logísticas, dificuldades de retenção e captação de talento e os riscos de recessão em vários mercados do destino das exportações portuguesas (como vemos agora, Alemanha e França estão prestes a entrar em recessão) são os nossos grandes mercados. -----

---A carga fiscal em Portugal é, como sabemos colossal, este era um orçamento vital para o Senhor dar, para esta Câmara dar, um sinal claro às empresas. Descer impostos: -----

---Veja o IRC - a que acresce a derrama municipal. -----

---Segurança Social (23%).-----

---Fundo Compensação do Trabalho – FCT.-----

---Tributação Autónoma. -----

---Pagamento por Conta de IRC. -----

---IVA.-----

---Perante este cenário, relativamente à DERRAMA o CHEGA gostaria de ver que se incidisse sobre muito mais, mais alto do que os 250 mil euros de lucro tributável. Uma forma de dar um sinal às empresas que estão a passar, principalmente as PM's, como aqui foi falado, estão a ter problemas gravíssimos. -----

---Relativamente ao IMI, vossas excelências já conhecem a posição do CHEGA relativamente ao IMI. Na impossibilidade de extinguir esse imposto para a primeira casa de família, porque consideramos um imposto completamente injusto, gostaríamos que a redução fosse muito além. Muito mais além!-----

---A descida é insignificante, representa uma perda de receita na casa dos 500 mil euros, suponho, contas que fizemos, e, portanto, era mais um sinal dado às famílias relativamente ao IMI. Sim! Um IMI sobre uma segunda casa uma terceira casa tinha toda a lógica, mas relativamente à primeira casa de família, para nós não tem lógica nenhuma. Portanto, estes dois impostos para nós são os mais importantes. Não dão nenhum sinal positivo às famílias e gostávamos de ver substancialmente reduzido. Por isso, vamos votar contra. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Em Vila Nova de Famalicão, nos últimos 23 anos, nunca as taxas municipais, taxas de impostos municipais sofreram qualquer aumento, eu repito: nos últimos 23 anos nunca as taxas dos impostos municipais sofreram qualquer aumento. -----

---Esta é uma circunstância, que nem todos os municípios portugueses a podem assinalar, e por isso deve ser mesmo destacada, ainda que com os sorrisos enfim com alguma... enfim, vou abster de fazer considerações, com sorriso, com boa disposição, espírito natalício. -----

---Aliás, Senhores Deputados, se nos dispusermos a analisar o registo histórico dos 25 municípios portugueses com mais de 100 mil habitantes, nós vamos encontrar muitos exemplos de Câmaras Municipais, muitas delas bem perto de nós, que subiram ao longo destes anos impostos locais, muitas delas subiram-no para as taxas máximas, e essas taxas máximas mantiveram-se por longos anos. Isso não aconteceu em Vila Nova de Famalicão.

---E esse facto deve por isso ser valorizado e não menosprezado. -----

---A Estabilidade Fiscal não é um objetivo menor nas políticas fiscais de qualquer município, não Senhor Deputado Paulo Pinto, é um objetivo maior. É um objetivo maior que o Partido Socialista, conforme se inferiu da sua intervenção, desvaloriza no seu todo.

---Para quem eventualmente desconheça, coisa que me custa a acreditar, a estabilidade fiscal, a previsibilidade fiscal é, compreensivelmente, a maior exigência dos investidores, dos empreendedores e dos empresários (perguntem a qualquer um deles) e essa exigência obviamente não pode ser descurada, pois não há crescimento económico sustentável, sem investidores, sem empreendedores e sem empresários, a não ser aqueles que têm uma conceção da economia do modelo soviético -----

---Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se nos últimos 23 anos nenhuma taxa de imposto municipal subiu, foram muitas aquelas que desceram. -----

---Façamos novamente o registo histórico, apenas dos últimos 4 anos. -----

---Em 2021, os famalicense pagaram menos IRS por via da redução da taxa máxima de 5 para 4,5%.-----

---Em 2021, igualmente, os famalicense com filhos a seu cargo pagaram menos IMI por força do alargamento da base do IMI familiar. -----

---Em 2021, ainda, as empresas pagaram menos Derrama aplicável sobre os seus lucros, por força do alargamento da isenção de 150 para 250 mil euros da base tributável.-----

---Em 2023, os famalicense pagaram menos IMI, novamente, por força da redução da sua taxa em 0,01%. -----

---Em 2025, os famalicense irão pagar menos IMI, por força de uma nova redução da sua taxa, novamente, em 0,01%.-----

---E Senhor Presidente, Senhores Deputados, do ponto de vista do impacto orçamental estas reduções, não estamos a falar de minudências, não estamos a falar de minudências financeiras, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal já teve o cuidado de as enumerar, e eu vou de novo as destacar. -----

---Em termos de IMI, as reduções ocorridas nos último 3 anos, conduziram a que a autarquia haja abdicado em prol das famílias famalicenses, de uma receita fiscal equivalente a 1,6 milhões de euros.-----

---Quando nos reportamos ao IMI Familiar, numa dimensão temporal de 3 anos, estamos por seu turno, a falar de uma receita fiscal equivalente a 1,5 milhões de euros que o município abdicou, igualmente, em prol das famílias famalicenses. -----

---Ao longo destes 4 anos de mandato, a autarquia prescindirá de qualquer coisa como 2,6 milhões de euros em termos da sua participação no IRS.-----

---Obviamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, obviamente que tudo aquilo que eu acabo de referir seria irrelevante se a política fiscal desta autarquia, seja na sua dimensão da previsibilidade, seja na sua dimensão do alívio fiscal às famílias e às empresas, fosse contrariada por uma eventual falta de competitividade da mesma. Sabemos que não é. -----

---na verdade, a política fiscal prosseguida pelo município é, demonstradamente, competitiva. -----

---Nos impostos sobre o património Vila Nova de Famalicão está praticamente em linha com o que é cobrado em termos de IMI, pelos municípios vizinhos de Braga, Barcelos e Guimarães, municípios com os quais, a nós, sempre nos pareceu ajustado podermos estabelecer comparações. -----

---Nos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares, só Braga tem uma taxa de participação variável no IRS, inferior a Vila Nova de Famalicão, Guimarães está mesmo no máximo e Barcelos está muito perto desse máximo. -----

---Nos impostos sobre as empresas, muito concretamente a derrama, verificamos o quê:

---Braga aplica a taxa máxima de 1,5%; -----

---Guimarães (socialista) aplica a taxa máxima de 1,5%. -----

Assembleia Municipal



---Só Barcelos tem uma taxa geral de derrama mais baixa, ligeiramente mais baixa, que a de Vila Nova de Famalicão, circunstância que é, porém, como todos sabem, contrariada pelo facto de dispormos de uma base de isenção do pagamento deste imposto que é quase o dobro, reparem. -----

---Em Barcelos a isenção de derrama abrange apenas os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 mil euros, em Vila Nova de Famalicão essa isenção vai até aos 250 mil euros, significa isto, portanto, em termos práticos que o volume de receita que abdicamos é potencialmente bem mais superior.-----

---O Senhor Deputado Paulo Pinto, exibiu-nos o programa de apoio aos investidores e à economia em Guimarães, que nós não desvalorizamos, mas eu, permita-me a sugestão de lhe recomendar a leitura atenta do Regulamento dos Projetos de Investimento de Interesse Municipal no âmbito do Made In. E o Senhor Deputado verificará que não temos os mesmos, temos uma política fiscal de incentivo em termos de IMT e de IMI superior àquela que é a de Vila Nova de Famalicão. -----

---E Senhor Deputado, a provar que somos um município fiscalmente atrativo é o facto de termos conquistado empresas de outros municípios. Vou-lhe dar apenas três exemplos:

---Um é exatamente de Guimarães e que decidiu vir para Vila Nova de Famalicão. Podia ter lá ficado, a política fiscal em Guimarães era tão boa, mas eles vieram para Famalicão, que foi a Facol. -----

---Barcelos, a Pafil - Clothing Industry (Barcelos) veio para Famalicão. Podia ter ficado em Barcelos, mas veio para Famalicão; -----

---A Manuel Fernando Azevedo (Santo Tirso), podia ter ficado em Santo Tirso, um outro exemplo que aqui citou, mas decidiu vir para Vila Nova de Famalicão. -----

---E temos também sido capazes de atrair investimento estrangeiro, investimento de outras latitudes. Eu vou dar apenas de alguns dos exemplos em curso ou investimentos

projetados, e Senhoras e Senhores Deputados conhecem-nos, veja-se o caso dos investimentos dos franceses da Atrya, ou os investimentos dos suíços da Medway, ou ainda os investimentos dos dinamarqueses da Cofysoks. Apenas para dar três exemplos.

---A provar, igualmente que somos um município fiscalmente atrativo, quando nos comparamos com os municípios parceiros do quadrilátero, reside no facto de em matéria de população, comparando os Censos de 2021 com os de 2011, nós notamos o quê? ----

---Notamos que em Vila Nova de Famalicão ou que Vila Nova de Famalicão perdeu menos população em geral que todos os outros. -----

---O que nós notamos é que perdeu menos população jovem dos 0 aos 14 anos, e este facto é determinante para o futuro deste concelho, foi aquele que perdeu, infelizmente perdemos, mas perdemos menos população jovem, ou seja, dos 0 aos 14 anos, que os municípios vizinhos de Guimarães, sempre aqui citado pelo Partido Socialista, e de Barcelos. -----

---Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em torno das políticas fiscais há um ângulo de análise sempre presente em todos os debates e que é, conforme o Senhor Deputado Paulo Pinto teve o cuidado de explanar, o crescente volume da receita fiscal arrecadada e a normal e expetável pressão para uma mais acentuada descida das taxas, que o Deputado Paulo Pinto aqui defendeu. -----

---Senhor Deputado Paulo Pinto, deixe-me permitir-lhe uma correção, na verdade o Governo do Partido Socialista bateu sucessivos records de carga fiscal. Sim, Senhor Deputado! Senhor Deputado, não estou não. É melhor não entrar nesse debate comigo porque vai perdê-lo, e eu vou explicar porquê. Eu vou gastar 10 segundos. Senhor Deputado, carga fiscal, o conceito de carga fiscal, como sabe, engloba dois tipos de receitas: a receita fiscal propriamente dita e as contribuições para a Segurança Social, são as duas. Isso é o conceito de carga fiscal. -----

---É evidente que o Senhor Deputado dirá: mas se houver muitas contribuições para a Segurança Social, por força do desenvolvimento da economia, por força de maior emprego, obviamente que a carga fiscal aumenta. É verdade! Mas o conceito de carga fiscal, Senhor Deputado, o conceito de carga fiscal... Senhor Deputado, eu recomendo vivamente a ver o glossário do Conselho de Finanças Públicas do Tribunal de Contas. Ó Senhor Deputado, a sério, aceite a minha recomendação. Veja o glossário do Tribunal de Contas, veja o glossário do Conselho de Finanças, porque são as entidades com os quais nós seguimos para esse efeito. -----

---Mas, Senhor Deputado, vamos ao que interessa, além desta divergência conceptual.

---E sobre este ângulo o que é que eu lhe queria dizer, Senhor Deputado? queria dizer o seguinte: -----

---Em primeiro lugar, ao contrário do que aqui afirmou, nem em todos os impostos se verifica uma subida continua e constante, por exemplo, a receita arrecadada em termos de IMI em 2024 e 2023 foi inferior à alcançada em 2022. Vai contestar esse facto também? -----

---É expectável que a receita deste imposto se apresente, obviamente, com uma linha tendencialmente ascendente. Eu julgo que terá que concordar comigo. Aliás, todos nós teremos tendencialmente a concordar com este raciocínio, a não ser que se altere significativamente a base de isenção, é normal que a receita fiscal advinda do IMI suba pela simples circunstância de que há mais imóveis no nosso território, havendo mais fogos. Repito, a não ser que se alargue a base de isenção, tendencialmente essa receita aumentará. Acho que isso é naturalmente expectável. -----

---Queria ainda deixar-lhe, deixar-vos, melhor dizendo, duas três notas finais. A primeira tem a ver com a circunstância, também aqui que o Senhor Presidente da Câmara deu

especial ênfase, com a circunstância de que os investimentos públicos que geram despesa corrente não estão todos construídos. -----

---O município terá de continuar a fazer investimentos, em infraestruturas, em equipamentos, em serviços, no futuro. E há muitos investimentos em curso, e há muitos investimentos projetados que as Senhoras e Senhores Deputados sabem que vai gerar despesa corrente no futuro. Despesa corrente essa que não é totalmente coberta com a receita própria e corrente que eventualmente esses equipamentos possam produzir. ----

---Ora, uma política fiscal responsável não pode deixar de atender essa circunstância. Nós não podemos fazer de conta que nada vamos fazer no futuro, que não haverá novos equipamentos no futuro. E a política fiscal do presente não pode deixar de olhar para o futuro. -----

---Uma quarta e última nota, já que falamos de futuro, há uma circunstância que nós não podemos esquecer, são os jovens. -----

---As políticas fiscais, simplesmente não podem sobrecarregar não podem não podem nunca sobrecarregar as gerações futuras. Qualquer política fiscal de âmbito nacional ou de âmbito municipal, que venha ou potencialmente possa sobrecarregar as gerações futuras, é uma política fiscal incorreta, indevida e que não deve ser naturalmente apoiada muito menos prosseguida. -----

---Ora, as políticas fiscais generosas no presente, Senhores Deputados, significam... as políticas fiscais generosas no presente sabem o que é que significa? Significa desde logo menor capacidade de investimento no presente, com claro prejuízo para quem? Para as gerações presente? Não, para as gerações do futuro.-----

---Todos aqueles equipamentos que nós hoje não fomos capazes de construir e de projetar a sua construção para um futuro breve, as gerações futuras é que pagarão por falta da ausência dos mesmos. -----

Assembleia Municipal



---Se nós hoje tivermos políticas fiscais generosas, tão generosas ao ponto de não termos arrecadação de receita fiscal Municipal que é, quer queiramos quer não, a par das transferências do orçamento de estado, o peso, ou tem um peso muito significativo na nossa capacidade de investimento, se nós o fizermos, o que acontecerá é que não faremos as escolas que queríamos fazer, os equipamentos desportivos que deveríamos fazer, os equipamentos ambientais que deveríamos fazer.-----

---Quem paga a fatura? São as gerações futuras. E, por isso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para terminar, Vila Nova de Famalicão tem tido ao longo dos anos uma política fiscal moderada, mas simultaneamente equilibrada, competitiva, como eu aqui tive a oportunidade de fundamentar, sustentável e responsável. Sustentável e responsável.-----

---E sabem qual tem sido a resposta dos famalicenses? Sabem qual tem sido a resposta das empresas em Famalicão? É a sistemática e periódica validação política desta mesma política fiscal do município. Peço desculpa pela redundância.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** - Sobre a taxa do IMI praticada no concelho, a CDU tem a dizer o seguinte:-----

---É sobejamente conhecido que, na maioria dos municípios do país (193 concretamente) a taxa do IMI fica no valor mínimo que a lei prevê – 3%, mas a tendência para 2025 promete ainda fazer crescer este número do município. -----

---Municípios mais pobres do que o nosso aplicam essa taxa amiga ou percentuais muito próximos disso. Ao contrário, Famalicão vai continuar a cobrar o valor do IMI demasiado oneroso para os famalicenses que, embora tendo enquadramento legal, poder-se-á considerar uma atitude de agravo face aos valores bem mais razoáveis praticados pela generalidade dos municípios, a nível nacional.-----

---A CDU não deixa de apreciar o gesto da maioria de fazer baixar a percentagem de um micrograma no IMI, em direção aos 3%, mas também não ficamos rendidos à vossa titubeante decisão, porque - sinceramente - com um orçamento na ordem dos 220 milhões de euros, seria tempo de aligeirar os esforços, verdadeiramente épicos, das nossas populações.-----

---Essa tentativa de descida, apesar de tudo, vem dar razão aos constantes apelos e propostas da CDU, pois, mesmo a passo de caracol, este executivo acaba por reconhecer, ainda que não o admita, inteira razão às nossas equilibradas posições.-----

---O incremento da construção de imóveis no concelho também pode fazer-se baixando os custos indiretos da habitação, por demais sabendo-se que existe uma crise grave no setor.-----

---Pelas razões expostas, e no que se refere ao ponto 5.1, a CDU vai votar contra:-----

---E nos restantes pontos: 5.2, 5.3 e 5.4, porque estamos de acordo em beneficiar agregados com maiores taxas de esforço, a CDU vai votar a favor.-----

---Passando para a derrama.-----

---No que respeita à derrama Municipal sobre o IRC, ao exemplo de anos anteriores e mantendo a coerência como característica do nosso Grupo de trabalho, sempre defendemos a redução de impostos sobre quem trabalha, sobre os rendimentos mais baixos e intermédios, mas também sobre as micro, pequenas e médias empresas, tributando adequadamente as empresas muito lucrativas.-----

---Também não será novidade a apresentação bem antiga de uma proposta de recomendação para a criação de um 3º Escalão, que seria tributado à taxa máxima de 1,5% para as pessoas coletivas, cujo volume de negócios se situe acima de 500.000,00€.

---Ao longo dos anos, este executivo tem ignorado a nossa sugestão, mas a verdade é que a tributação estaria em conformidade com o potencial económico destas empresas, que não pode ser comparado às de menor alcance económico. -----

---As micro, pequenas e médias empresas são a base do tecido empresarial português, muito particularmente no nosso concelho, e representam grande parte do emprego e da atividade económica. -----

---Defendemos uma política fiscal mais justa, mais progressiva, que alivie os impostos sobre os rendimentos do trabalho e sobre as micro, pequenas e médias empresas e que aumente a tributação sobre os mais elevados rendimentos e património. -----

---O aumento da progressividade do IRC, beneficiando estas empresas e tributando de forma mais adequada os lucros milionários dos grupos económicos, converge com esse objetivo. -----

---Pelo exposto e no que respeita à percentagem de derrama sobre o lucro tributável, o Grupo Municipal da CDU votará contra este ponto. No ponto 6.2 e no 6.3 votará a favor.

---Resumindo, vamos votar também contra a proposta de Direitos de Passagem, porque sempre defendemos aqui, e penso que não é difícil de percebê-lo, que este imposto não tem que ser pago pelos consumidores. As grandes operadoras milionárias é que devem pagar este imposto. Este imposto não tem sentido nenhum existir do modo que existe. Pelo menos atribuindo mais uma despesa acrescida aos consumidores dos sinais que passam pelos nossos espaços aéreos.-----

---**RICARDO COSTA (CDS)** – Estamos neste ponto a discutir a política fiscal do município para o ano de 2025. Efetivamente muito aqui já foi dito, muita coisa, do nosso ponto de vista, acertada e outra menos acertada. -----

---Efetivamente há que realçar, e de uma forma muito sintética, que de facto a política fiscal deste município tem sido pautada pela estabilidade e pelo equilíbrio. Efetivamente

não há aumento de taxas nem este ano nem nos anos anteriores, e se nós verificarmos aumentos de habitação, mais investimento, mais empreendedorismo, naturalmente vão dar aqui algum aumento de receita.-----

---No entanto, já aqui foi dito que de facto o esforço que o município na fixação destas taxas tem vindo no sentido progressivo da redução, e já aqui, abundantemente, aqui foi falado das reduções. E aqui não é desprezível o seguinte: não esquecer que tudo isto que já foi aqui somado, embora não sejam taxas, embora não sejam impostos, não podemos... a isto tudo há que somar o esforço e o equilíbrio que o município tem feito, apesar de que mais duplicou os custos para o município os preços da água mantêm-se. E, portanto, nós vamos falar já disso no Plano e Orçamento, mas isto é mais um esforço da estabilidade e da previsibilidade que o município tem feito ao longo deste ano. E contrariamente àquilo que o Partido Socialista aqui apregoou, não há folga, Senhor Deputado. Não há folga nenhuma no orçamento. -----

---Nós se queremos-nos pautar pelo rigor, pela seriedade, pela conformidade das contas, e de facto é isto que tem pautado a esta coligação ao longo destes anos na gestão do município, muito facilmente que não há folga, não há folga nenhuma neste orçamento, apesar de ser o maior de sempre e apesar destas taxas estarem diretamente relacionadas com aquilo que vai ser a nossa discussão nos pontos a seguir. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – De forma resumida, também não vou estar aqui com ping-pongs, e primeiro peço desculpa ao Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, porque o interrompi quando estava a intervir e eu não gosto muito... há que seguir as regras e o Senhor Presidente da Assembleia lançou o aviso e muito bem. Acho que temos que respeitar-nos todos, independentemente se concordamos ou não concordamos. -----

---Eu não vou aqui entrar muito... só para dizer ao Senhor Deputado, quando foi da questão da carga fiscal, os dados foram do Instituto Nacional de Estatística, não são meus.

Assembleia Municipal



Eu gosto de transcrever dados que me são corretos ou não são corretos. Entendo o Instituto Nacional de Estatística como uma empresa credível ou uma entidade credível, peço desculpa, e como tal foram os dados que foram transcritos. Já tivemos uma Assembleia Municipal, uma sessão atrasada, a discutir isso.-----

---Relativamente à carga fiscal em Portugal, fiscal, não a carga fiscal nominal, que há diferenciação no serviço, ter baixado de 36 para 35,8%, mas podemos depois voltar lá. -

---Agora, o Senhor Deputado falou aqui em algumas questões. Eu acho que todos pautamos, gostamos e queremos investimento para o nosso concelho, e trouxe o exemplo de algumas empresas que vieram para aqui, e ainda bem, mas também recordamos que existem outras, como o Lidl, que foi para Santo Tirso. Portanto, temos que procurarmos acima de tudo que ter a melhor carga fiscal, a melhor condição financeira no município para ser mais atrativo. Aliás, o Partido Socialista ao longo destes anos tem pautado exatamente para isso.-----

---A questão do IRS – há quantos anos andamos nesta Assembleia e nesta Câmara a lutar para que se pudesse descer a questão da taxa do IRS? -----

---A questão do IMI – quantas vezes eu neste púlpito não falei e lutei para que um filho fosse considerado um filho? Porque esta Câmara, esta maioria, durante muitos anos, considerava e só deva descontos quando uma família tivesse dois filhos ou mais. Quantos anos? Ao fim de alguns anos e muita luta finalmente a maioria cedeu. Ainda bem, porque todos temos que pautar que o concelho seja mais atrativo. Porque quantas mais empresas vierem mais receita, melhor economia.-----

---Já agora, aproveitando a questão do IMI, e até me pode ajudar vossa excelência, na altura que surgiu aqui há uns anos aquela questão do IMI até das... na altura falou-se do imposto Mortágua e tudo, havia uma questão que permitia às Câmaras Municipais

solicitarem a revisão do valor patrimonial de um imóvel. E nesse sentido, havendo aumento poderia haver maior carga fiscal, maior pagamento por parte do proprietário. -

---Eu várias vezes lancei o desafio à Câmara, até com o seu antecessor, que esta Câmara assegurasse, se esta lei ainda se mantém, provavelmente pode não se manter, mas se mantiver, julgo que se mantém, que esta Câmara nunca fizesse uso desse instrumento, ou seja, que nenhum famalicense visse que o valor patrimonial da sua habitação fosse elevado, e como tal pagasse mais IMI fruto da ação da Câmara. Eu nunca tive essa palavra nem os famalicense tiveram esse compromisso deste executivo. Esperemos que possa eventualmente vir a acontecer. -----

---Equilíbrio orçamental é aquilo tudo que eu defendo e que acho que deve ser por aí. Agora, o que nós provamos e temos vindo a provar, é que apesar de não haver aumento de taxas a receita continua a aumentar, e é possível manter a receita estável e gastar melhor porque a gente fala aqui que é necessário... que o Senhor Deputado veio cá dizer que é necessária folga orçamental, mas depois quando chegamos amanhã, provavelmente vai ser amanhã, devido à hora, entrarmos no Plano de Atividades e vemos a verba que se continua a gastar em despesas correntes, em avenças. Ou seja, é possível poupar aos famalicense para realmente gastar muito melhor, porque a política de arrecadar muito para dar pouco, o tal chamado: cobrar um pão para dar uma migalha, acho que não é o mais correto e justo para os famalicense. -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS SEGUINTE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2024, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ EM 2025: -----

---**CINCO PONTO UM** - AO ABRIGO DO N.º 5 DO ARTIGO 112.º DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR

A TAXA DE 0,335% PARA OS PRÉDIOS URBANOS CONTEMPLADOS NA ALÍNEA C), N.º 1, DO ARTIGO 112.º DO MESMO DIPLOMA -----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E OS VOTOS CONTRA DO CHEGA (1 VOTO) E DA CDU (1 VOTO). -----

---CINCO PONTO DOIS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 30€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 1 DEPENDENTE A SEU CARGO.-----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS), DA CDU (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO).-----

---CINCO PONTO TRÊS - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 70€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO

A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 2 DEPENDENTES A SEU CARGO. -----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS), DA CDU (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO). ----

---CINCO PONTO QUATRO - AO ABRIGO DO N.º 1 DO ARTIGO 112.º-A DO DECRETO-LEI N.º 287/2003, DE 12 DE NOVEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, APROVAR A DEDUÇÃO FIXA DE 140€, QUANDO O IMÓVEL SEJA DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE DO SUJEITO PASSIVO OU DO SEU AGREGADO FAMILIAR, E QUE SEJA EFETIVAMENTE AFETO A TAL FIM, ESTA COINCIDA COM O RESPETIVO DOMICÍLIO FISCAL, E ESTE TENHA 3 OU MAIS DEPENDENTES A SEU CARGO. -----
TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS), DA CDU (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO). ----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO ARTIGO 14.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DAS ALÍNEAS C) E D) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA APROVAÇÃO POR ESTE ÓRGÃO DELIBERATIVO DE:-----

---**SEIS PONTO UM** - LANÇAR UMA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2024.

---**DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E OS VOTOS CONTRA DO CHEGA (1 VOTO) E DA CDU (1 VOTO).** -----

---**SEIS PONTO DOIS** - APROVAR A RENOVAÇÃO DO REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA SOBRE O IRC, PARA VIGORAR ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2025, NOS TERMOS DO ARTIGO 14.º DO MESMO. -----

---**DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS), DA CDU (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO).**-----

---SEIS PONTO TRÊS - ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2024, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NÃO SUPERIOR A 250.000,00€, NOS TERMOS DO N.º 22 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL.-----
TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---DISCUTIDO O ASSUNTO, FOI O MESMO DELIBERADO POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS), DO CHEGA (1 VOTO), DA CDU (1 VOTO) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS).-----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2025, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA APROVAÇÃO DA TAXA DE 4,5% REFERENTE À PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA

CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2025, DE ACORDO COM O N.º 1 DO ARTIGO 26.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DA ALÍNEA CCC) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º, AMBOS DO REGIME JURÍDICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO) E O VOTO CONTRA DA CDU (1 VOTO). -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2025, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) - 2025, FIXADA EM 0,25%. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD (33 VOTOS), DO CDS/PP (7 VOTOS) E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES (9 VOTOS), COM A ABSTENÇÃO DO PS (16 VOTOS) E DO CHEGA (1 VOTO) E O VOTO CONTRA DA CDU (1 VOTO). -----

Assembleia Municipal

---O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO –

Senhoras e Senhores Deputados, conforme combinado na Comissão Permanente, é meia noite e meia, penso que podemos dar por encerrados aqui os trabalhos hoje.-----

---Vou colocar só a aprovação a minuta de ata que fica aprovada nesta sessão.-----

---APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---Não houve intervenção do público.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e trinta e dois minutos.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

----- A 1.ª SECRETÁRIA -----

---Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

---Registo de presenças; -----

---1 Voto do CHEGA; -----

---1 Voto da JS;-----

---2 Votos de protesto do PS;-----

---Uma moção da CDU;-----

---Documentos referentes ao ponto um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito.-----

---Minutas de atas referentes aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito.--